



## ANÁLISE AMBIENTAL E SOCIAL

Desenvolvimento Social e Sustentabilidade  
Fiscal para a Prefeitura de Porto Alegre -  
Construções e Reformas (Projeto BR-L  
1597)

30 June 2022

Project No.: 06350030635003

<b>Document details</b>	The details entered below are automatically shown on the cover and the main page footer. PLEASE NOTE: This table must NOT be removed from this document.
Document title	ANÁLISE AMBIENTAL E SOCIAL
Document subtitle	Desenvolvimento Social e Sustentabilidade Fiscal para a Prefeitura de Porto Alegre - Construções e Reformas (Projeto BR-L 1597)
Project No.	0635003
Date	30 June 2022
Version	1.0
Author	ERM Brazil
Client Name	Prefeitura Municipal de Porto Alegre

#### Document history

Version	Revision	Author	Reviewed by	ERM approval to issue		Comments
				Name	Date	
Draft	01	ERM	Flavia Serran e Alice Correa	Juliana Cibim e Ricardo Calvo	30/06/2022	

---

## Signature Page

30 June 2022

# ANÁLISE AMBIENTAL E SOCIAL

Desenvolvimento Social e Sustentabilidade Fiscal para a Prefeitura de  
Porto Alegre - Construções e Reformas (Projeto BR-L 1597)

---

Juliana Cibim  
Sócio Responsável



---

Ricardo Calvo  
Sócio Responsável

Environmental Resources Management, Inc.  
1776 I (Eye) St. NW Suite 200  
Washington, DC 20006

© Copyright 2022 by The ERM International Group Limited and/or its affiliates ('ERM').  
All Rights Reserved. No part of this work may be reproduced or transmitted in any form  
or by any means, without prior written permission of ERM.

**SUMÁRIO**

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>2</b>
1.1 A Avaliação Ambiental e Social (AAS) e o Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS) .....	2
1.2 Contexto Geral.....	3
<b>2. O PROGRAMA .....</b>	<b>5</b>
2.1 Objetivos.....	5
2.2 Alcance da AAS e do PGAS .....	5
2.3 Componentes do Programa.....	7
2.4 Características Gerais dos Projetos .....	7
2.4.1 Instalação de Energia Solar Fotovoltaica em Condomínios Residenciais .....	7
2.4.2 Projeto Piloto Vale dos Idosos .....	11
2.4.3 Construção e Reforma de Unidades de Atenção Primária à Saúde .....	14
2.4.4 Hospital Pronto Socorro de Porto Alegre .....	14
2.4.5 Hospital Materno Infantil Presidente Vargas .....	16
2.4.6 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SMDS.....	16
<b>3. MARCO LEGAL E INSTITUCIONAL .....</b>	<b>22</b>
<b>4. CONDIÇÕES AMBIENTAIS E SOCIAIS DA CIDADE DE PORTO ALEGRE .....</b>	<b>27</b>
4.1 Considerações Gerais .....	27
4.2 Mecanismo de Queixas e Reclamações Existentes .....	33
<b>5. IMPACTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS E MEDIDAS DE MITIGAÇÃO IDENTIFICADAS .....</b>	<b>37</b>
5.1 Impactos no Meio Físico .....	38
5.2 Impactos no Meio Biótico.....	40
5.3 Impactos Sociais.....	40
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>43</b>
<b>7. LIMITAÇÕES .....</b>	<b>44</b>
<b>8. BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>45</b>

## 1. INTRODUÇÃO

### 1.1 A Avaliação Ambiental e Social (AAS) e o Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS)

Este documento apresenta a Análise Ambiental e Social – AAS – do Programa de Desenvolvimento Social e Sustentabilidade Fiscal para a Prefeitura de Porto Alegre (documento preliminar), com o objetivo de apresentar os impactos e riscos ambientais e sociais decorrentes das obras e reformas consideradas neste documento, assim como as medidas previstas para redução e controle destes impactos.

As obras consideradas para esta AAS são:

**Tabela 1.1 – Obras e Reformas contempladas pelo Programa**

Projetos	Descrição e objetivos
<b>DEM HAB – Departamento Municipal de Habitação</b>	
Condomínio Senhor do Bom Fim	Instalação de painéis solares
Condomínio Irmãos Marista	Instalação de painéis solares
Projeto Piloto Vale dos Idosos	Construção de condomínio residencial para população idosa vulnerável, a ser construído na área central de Porto Alegre
<b>SMS Secretaria Municipal de Saúde</b>	
Construção/reforma de Unidades de Atenção Primária à Saúde	Reformular as Unidades existentes para incluir Clínicas de Família.
Estruturação de 4 Centros Especializado em Saúde na Capital (regiões nortes, leste, oeste e sul)	Dois desses centros serão em estruturas já existentes (Santa Marta e IAPI), os outros 2 (dois) seriam em novas estruturas.
Hospital Pronto Socorro de Porto Alegre	Implantar uma Unidade de Diagnóstico uma Unidade de Referência de Queimados.
Hospital Materno Infantil Presidente Vargas	Reformar o Centro Obstétrico, revitalização da Entrada de Emergência, e equipamentos para a UTI/Adultos
<b>SMDS- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social</b>	
Reforma do Centro de Urgência e Emergência	
Reforma de 3 prédios para entrega aos Conselhos Tutelares	

Para cumprir com este objetivo, este documento está dividido em três grandes blocos principais:

- descrição do programa e das ações previstas,
- descrição dos aspectos ambientais e sociais existentes e
- identificação dos impactos ambientais e sociais e das medidas de mitigação e controle.

São apresentados ainda, o marco legal e regulatório aplicável aos projetos considerados neste documento

Ao final, um item de considerações finais apresenta um resumo dos resultados da avaliação realizada.

Os resultados dessa AAS são baseados nas informações coletadas nas visitas técnica realizada em xxx, nas reuniões online realizadas com as equipes do Demhab, SMS e SMDS, revisão de informações públicas de fontes oficiais e meios de comunicação locais, ena revisão limitada de documentos disponibilizados no virtual data room até a data de entrega deste relatório. .

Até a emissão deste documento:

- as visitas técnicas realizadas pela ERM foram limitados aos 3 (três) locais dos projetos do Demhab e, portanto, visitas adicionais podem revelar aspectos não identificados antes e assim impactar os resultado da AAS.
- A ERM teve acesso limitado às informações dos projetos, incluindo em alguns casos, a descrição detalhada do projeto e sua localização. À medida que essas informações forem sendo disponibilizadas e avaliadas, resultado da AAS poderá ser alterada.

A versão final do AAS será emitida depois que a ERM avaliar de forma abrangente todas as informações solicitadas e disponibilizadas em relação aos projetos em questão e visitar, no mínimo, todos os locais onde novas construções estão previstas. Situação esta que depende da viabilização das informações, visitas e disponibilidade para novas entrevistas por meio das partes interessadas.

## 1.2 Contexto Geral

A cidade de Porto Alegre é a capital do estado do Rio Grande do Sul, localizada no extremo Sul do Brasil. O estado do Rio Grande do Sul faz fronteira ao norte com o estado de Santa Catarina e ao oeste e sul de seus limites, faz divisa com os países Argentina e Uruguai, respectivamente. Além disso, o leste do território Sul Rio Grandense vai de encontro com o Oceano Atlântico, conforme pode ser observado na **Error! Reference source not found.-1**.

A cidade de Porto Alegre é uma das 15 maiores cidades do país e o núcleo da Região Metropolitana de Porto Alegre (RPMA). “Além do núcleo da metrópole, a Região Metropolitana conta com outros centros urbanos importantes, centros industriais e de serviços, bem como centros que polarizam as redes urbanas que extrapolam os seus limites institucionais, como é o caso de Novo Hamburgo e São Leopoldo” (RIBEIRO, 2018). A RPMA de Porto Alegre é a quarta região metropolitana em relação ao número de habitantes.

A cidade de Porto Alegre está localizada em uma área de planície circundada por 40 morros que abrangem 65% de sua área. É limitada por uma orla fluvial do lago Guaíba, de cerca de 72 km de extensão. O principal bioma da região é o Pampa.

Porto Alegre conta, segundo o IBGE (2021), com uma população estimada em 1.492.530 pessoas, área territorial de cerca de 495.390 km<sup>2</sup> e densidade demográfica de 2.837,53 hab/km<sup>2</sup>. O índice de desenvolvimento humano municipal – IDHM é de 0,805 enquanto o índice de desenvolvimento humano do estado – IDH é de 0,746. O município, ainda segundo o IBGE, possui 201 estabelecimentos de saúde SUS e conta com o atendimento de cerca de 93% da população com esgotamento sanitário adequado.





**Figura 1-1: Localização do estado do Rio Grande do Sul. Município de Porto Alegre destacado em vermelho no mapa maior**

## 2. O PROGRAMA

### 2.1 Objetivos

O objetivo geral do Projeto Desenvolvimento Social e Sustentabilidade Fiscal para a Prefeitura Municipal de Porto Alegre é de ampliar e qualificar os investimentos sociais de forma a permitir a promoção da inclusão da população vulnerável e oferecer serviços sociais de excelência, melhorando a qualidade do gasto público e a sustentabilidade fiscal.

Estes objetivos serão atingidos através de 4 componentes, dos quais apenas parte do Componente 1, abaixo descrito, inclui as obras de infraestrutura que são objeto desta AAS.

#### **Componente 1: Investimento para promover a inclusão da população vulnerável e fornecer serviços sociais de qualidade para todos (US\$ 100 milhões).**

O objetivo desta componente é apoiar o Estado na implementação da reforma do setor de saúde e melhorar a infraestrutura digital escolar. Irá financiar: (i) o desenvolvimento e implementação de novos currículos e materiais de instrução, plataformas e conteúdos digitais de aprendizagem; (ii) capacitação de professores e diretores sobre o novo currículo; (iii) uma análise de demanda em cada região para informar o novo planejamento de implementação curricular e projetos educacionais das escolas; e (iv) equipamentos para melhorar a conectividade e infraestrutura tecnológica de todas as escolas, como computadores, notebooks e outros equipamentos afim.

- **Subcomponente 1.1.** Interoperabilidade e transformação digital, integração e interoperabilidade de sistemas de gestão e acesso aos serviços sociais da Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA).
- **Subcomponente 1.2.** Qualidade dos serviços sociais e inclusão da população vulnerável. As obras de infraestrutura incluídas neste Componente 1 e seus subcomponentes envolvem três setores: Habitação (DEMHAB- Departamento Municipal de Habitação), Saúde (SMS Secretaria Municipal de Saúde) e Desenvolvimento Social (SMDS Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social). As intervenções no setor habitacional (DEMHAB) incluem (a) a instalação de painéis solares em dois condomínios (edifícios) existentes para população de baixa renda; e (b) construção de um projeto piloto de comunidade para aposentados (Vale dos Idosos). As intervenções no setor da saúde (SMS) envolvem (a) reformas de médio porte nos prédios de atenção primária existentes (Unidades de Atenção Primária à Saúde); (b) Instalação de 4 Centros Especializados de Saúde 2 em edifícios existentes e dois em edifícios novos; e (c) reformas de médio porte em dois hospitais existentes (Hospital Materno Infantil Presidente Vargas e Hospital Pronto Socorro de Porto Alegre). As intervenções no setor do desenvolvimento social (SMDS) incluem pequenas reformas em edifícios existentes: (a) Reforma do Centro de Urgência e Emergência; e (b) reforma de 3 prédios para os Conselhos Tutelares.

Esta AAS abrange somente as obras de infraestrutura constantes do Componente 1 – Subcomponente 1.2.

### 2.2 Alcance da AAS e do PGAS

Este documento se refere especificamente à preparação de uma Avaliação Ambiental e Social (AAS), um Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS), Procedimentos de Gestão Laboral, e um Plano de Engajamento das Partes Interessadas para as obras de infraestrutura propostas (Subcomponente 1.2).

O novo Marco de Política Ambiental e Social (MPAS) do BID, aprovado em outubro de 2021 (disponível aqui: <https://www.iadb.org/en/mpas>), requer que todos os projetos financiados pelo Banco sejam classificados quanto a seus impactos ambientais e sociais, e que sejam objeto de:

- 1) uma Avaliação Ambiental e Social (AAS);
- 2) seu respectivo Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS);



3) Procedimentos de Gestão Laboral (PGL) e;

4) um Plano de Engajamento das Partes Interessadas (SEP, por suas siglas em inglês) compatível com a sua classificação.

O Componente 1 do Projeto Desenvolvimento Social e Sustentabilidade Fiscal para a Prefeitura Municipal de Porto Alegre foi preliminarmente classificado como Categoria B, considerando que as obras de infraestrutura previstas são obras de construção civil de pequeno a médio porte e complexidade (construção e reforma de prédios públicos de saúde e apoio social), e que seus impactos potenciais negativos serão moderados, de curta duração (principalmente durante o período de obras), localizados, e para os quais já existem medidas padronizadas e de fácil implementação para a sua mitigação. Sendo assim, para os projetos Categoria B, o MPAS requer uma AAS, PGAS, PGL, e SEP de âmbito específico e limitado às obras propostas, descritas a seguir.

Dessa forma, o objetivo desta Avaliação Ambiental e Social (AAS) é a identificação e avaliação dos impactos e riscos ambientais e sociais tais como abordados nos diversos Padrões de Desempenho Ambiental e Social (ESPS, por seu acrônimo em inglês) do MPAS (incluindo, entre outros, os riscos de saúde e segurança ocupacional e riscos às comunidades vizinhas aos locais de realização das obras, riscos de violência baseada em gênero, riscos relacionados com a mão de obra e condições de trabalho dos empregados do projeto, riscos associados a mudanças climáticas) associados direta ou indiretamente com o projeto, e as medidas previstas para controlá-los, incluindo, se for o caso, atividades de fortalecimento institucional, tais como treinamento e capacitação em temas específicos.

O processo de desenvolvimento desta AAS envolveu as seguintes atividades:

- Descrição dos projetos previstos e definição de uma linha de base ambiental e social específica que permitisse relacionar a situação atual do local de implantação de cada projeto com os impactos ambientais e sociais decorrentes, assim como com os objetivos esperados para cada projeto.
- A elaboração da linha de base foi desenvolvida com base da documentação fornecida pelo DEMHAB, SMS e SMDs, informação pública disponível nas páginas da internet da Prefeitura de Porto Alegre, das três instituições envolvidas e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.
- Realização de visitas de campo aos locais onde serão implementadas as reformas e os projetos indicados a seguir (Tabela 2.1).
- Apresentação do marco regulatório aplicado aos projetos.
- Avaliação dos potenciais impactos e riscos ambientais, sociais, culturais, para a saúde e segurança, associados ao projeto.
- Elaboração de recomendações para mitigação, gestão e monitoramento dos impactos identificados, consolidadas em um Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS). O PGAS inclui além das medidas, um Sistema de Gestão Ambiental e Social (SGAS) incluindo os sete elementos exigidos pelo ESPS1 para uma gestão adequada dos riscos ambientais e sociais do Projeto.
- Elaboração de Procedimentos para a Gestão Laboral (PGL)
- Elaboração de um Plano de Engajamento de Partes Interessadas envolvendo recomendações para a realização de consultas públicas.

## 2.3 Componentes do Programa

**Tabela 2.1 – Obras e Reformas contempladas pelo Programa**

Projetos	Descrição e objetivos
<b>DEMHAB – Departamento Municipal de Habitação</b>	
Condomínio Senhor do Bom Fim	Instalação de painéis solares
Condomínio Irmãos Marista	Instalação de painéis solares
Projeto Piloto Vale dos Idosos	Construção de condomínio residencial para população idosa vulnerável, a ser construído na área central de Porto Alegre
<b>SMS Secretaria Municipal de Saúde</b>	
Construção/reforma de Unidades de Atenção Primária à Saúde	Reformular as Unidades existentes para incluir Clínicas de Família.
Estruturação de 4 Centros Especializado em Saúde na Capital (regiões nortes, leste, oeste e sul)	Dois desses centros serão em estruturas já existentes (Santa Marta e IAPI), os outros 2 (dois) seriam em novas estruturas.
Hospital Pronto Socorro de Porto Alegre	Implantar uma Unidade de Diagnóstico uma Unidade de Referência de Queimados.
Hospital Materno Infantil Presidente Vargas	Reformar o Centro Obstétrico, revitalização da Entrada de Emergência, e equipamentos para a UTI/Adultos
<b>SMDS- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social</b>	
Reforma do Centro de Urgência e Emergência	-
Reforma de 3 prédios para entrega aos Conselhos Tutelares	-

## 2.4 Características Gerais dos Projetos

Nesse tópico, serão apresentadas as características inerentes a cada projeto, bem como suas respectivas localizações, objetivos, responsáveis administrativos, dentre outras informações pertinentes.

### 2.4.1 Instalação de Energia Solar Fotovoltaica em Condomínios Residenciais

Segundo relatado durante a visita a campo, atualmente o DEMHAB está em fase de preparação do Edital para a contratação do estudo de viabilidade técnica e projetos de instalação para os dois condomínios. A previsão é que o sistema de energia solar esteja operacional em 2024.

#### 2.4.1.1 Condomínio Senhor do Bom Fim

O Loteamento Residencial Senhor do Bom Fim, com entradas pela rua Padre Bartolomeu Tiecher, s/n e rua Senhor do Bonfim, nº 55, em Sarandi, foi desenvolvido pelo DEMHAB – Departamento Municipal de Habitação – para o reassentamento dos moradores da Vila Nazaré, que antes ocupavam uma área irregular na Avenida Sertório.

O terreno do Condomínio foi cedido pela prefeitura de Porto Alegre e juntamente com um convênio com a Caixa Econômica Federal construiu as moradias por meio do Programa Minha Casa Minha Vida, contanto com a realização de obras para implementação de redes de abastecimento de água, rede de esgoto e rede pluvial, além de promover também rede de energia elétrica e pavimentação de ruas.

O condomínio conta com um total de 364 unidades, entre casas e apartamentos, contendo dois quartos, sala, cozinha e banheiro. As casas são adaptadas às pessoas com deficiência ou dificuldade de locomoção e possuem ainda um pátio externo e sistema de geração de energia solar. Além disso, há também 16 unidades comerciais, creche, posto de saúde e serviço de apoio socioeducativo.<sup>1</sup>

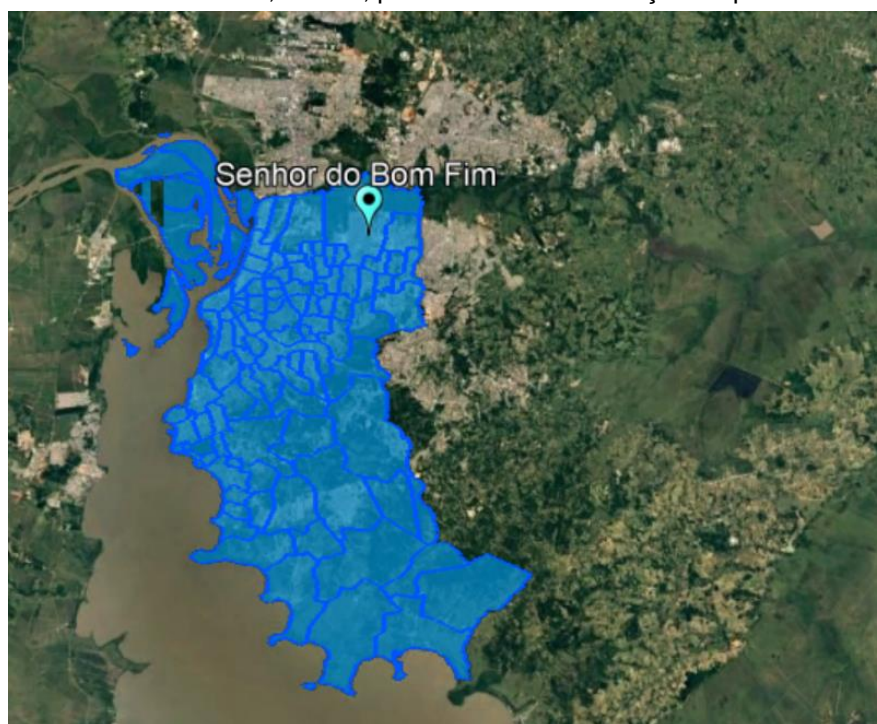


Figura 2-1: Localização do Condomínio Senhor do Bom Fim na cidade de Porto Alegre



Figura 2-2: Foto Aérea do Condomínio Senhor do Bom Fim

<sup>1</sup> Fonte: [Mais de 200 famílias da Vila Nazaré serão transferidas até o Natal \(correiodopovo.com.br\)](http://maisde200familiasdavilnazare.com.br); [DEM HAB \(portoalegre.rs.gov.br\)](http://demhab.portoalegre.rs.gov.br) e [Nova etapa de mudança das famílias da Nazaré começa nesta sexta | Prefeitura de Porto Alegre](http://novaetapademudancadasfamiliasdavanazare.com.br)





**Figura 2-3: Visão Geral do Condomínio Senhor do Bonfim**



**Figura 2-4: Condomínio Senhor do Bonfim**

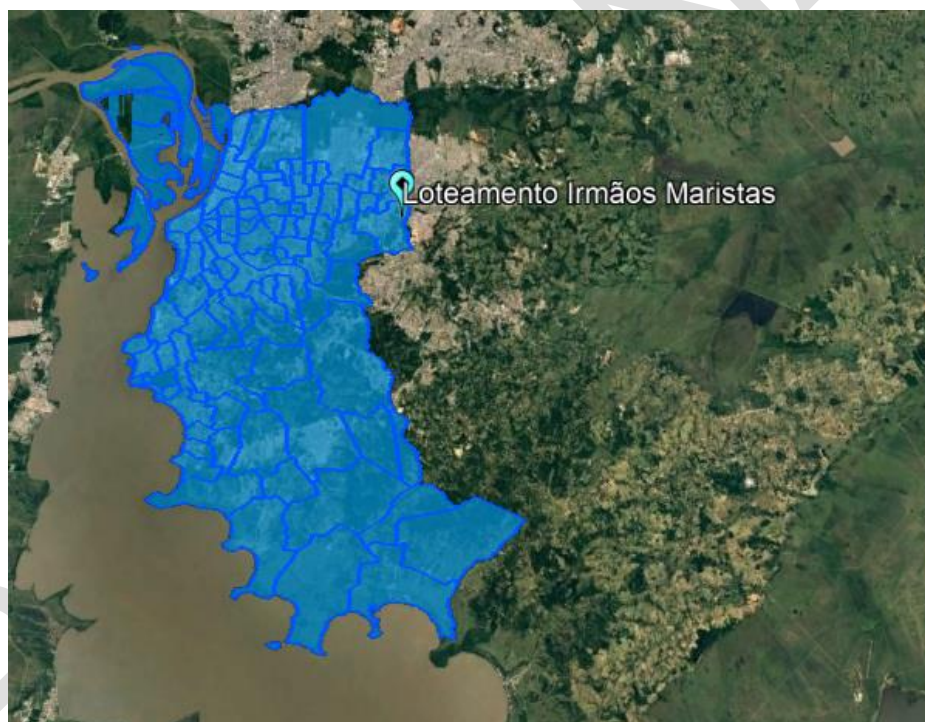
(Foto: ERM, visita de campo, junho/2022)

### 2.4.1.2 Condomínio Irmãos Marista

O Condomínio Residencial Irmãos Marista, localizado na rua Tenente Coronel Waldomiro Eiffel, nº 88 no bairro Mário Quintana é outro projeto desenvolvido pelo DEMHAB – Departamento Municipal de Habitação – para o reassentamento dos moradores oriundos da rua da Represa, Ocupação Cachoeira, Vila dos Herdeiros, Vila Pepino, Vila Nazaré, além de famílias que viviam de aluguel social.

O loteamento foi construído em um terreno cedido pela prefeitura e é composto por unidades de aproximadamente 38 m<sup>2</sup>, contemplando dois quartos, banheiro, sala e cozinha.<sup>2</sup> Ao todo, são 1.280 unidades entre casas e apartamentos. As casas são destinadas às pessoas com deficiência ou dificuldade de locomoção e possuem ainda um pátio externo nos fundos e sistema de geração de energia solar.

Além disso, há também unidades comerciais para atender os moradores que já possuíam estabelecimentos antes de migrarem para o Condomínio Irmãos Maristas. O condomínio Irmãos Marista está localizado no bairro de Rubem Berta, que abrange uma área de 851 ha onde moram 87.367 habitantes, localizado no limite norte da cidade. O bairro Rubem Berta faz divisa com o município de Alvorada, a oeste com o bairro do Sarandi e ao sul com o bairro Mario Quintana.



**Figura 2-5 - Localização do Condomínio Irmãos Maristas em Porto Alegre**

<sup>2</sup> Fonte: [Loteamento Irmãos Maristas receberá novos moradores | Prefeitura de Porto Alegre](#) ; [Nova etapa de mudança das famílias da Nazaré começa nesta sexta | Prefeitura de Porto Alegre](#) e [DEMhAB \(portoalegre.rs.gov.br\)](http://DEMhAB.portoalegre.rs.gov.br)





**Figura 2- 6 - : Foto Aérea do Condomínio Irmãos Maristas**



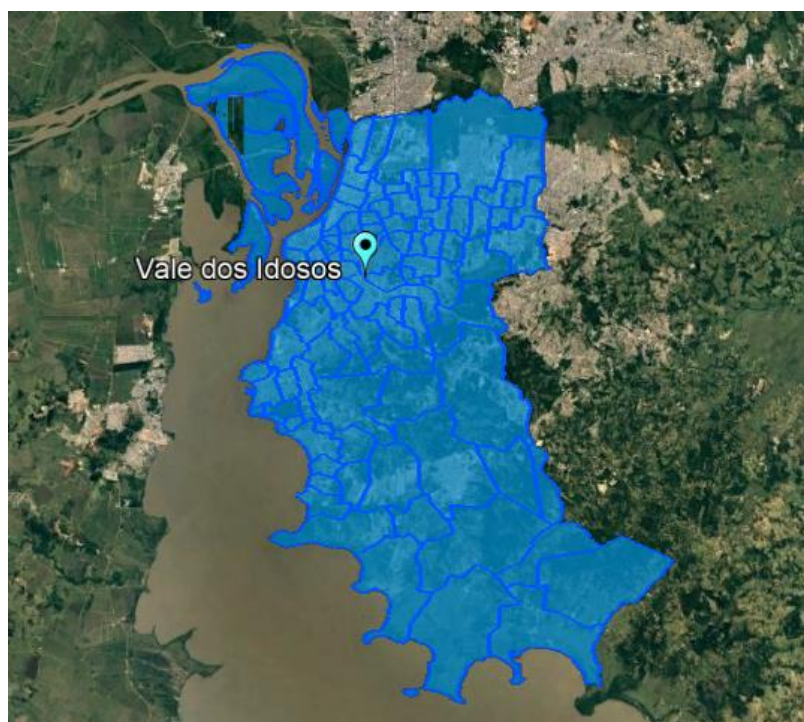
**Figura 2-7 – Condomínio Irmãos Marista**

(Foto: ERM, visita de campo, junho/2022)

### **2.4.2 Projeto Piloto Vale dos Idosos**

O projeto Piloto Vale dos Idosos será construído na Avenida Ipiranga, n.º 850 no bairro Jardim Botânico na zona norte da cidade de Porto Alegre.





**Figura 2-8: Localização do Vale dos Idosos em Porto Alegre**

Durante a visita técnica, foi localizado aos fundos do terreno uma casa de uso e ocupação desconhecidas e a Sede do Afro-Sul Odomode, um espaço de promoção e preservação das raízes da arte e da cultura afro-brasileira, conforme pode ser observado nas figuras a seguir.



**Figura 2-9: Vista aérea do terreno a ser utilizado para o Vale dos Idosos. O ponto azul indica a localização do Centro Cultural Afro-Sul Odomode**



Segundo relatado durante a visita a campo, atualmente o Demhab está em fase de desocupação do terreno, presentemente ocupado por uma instituição cultural (Afro- Sul Odomode) e uma casa de uso e ocupação desconhecida localizada nos fundos do terreno. Subsequentemente se daria o levantamento topográfico e contratação dos projetos de engenharia. A previsão é que a Vila dos Idosos esteja operacional em 2024.



**Figura 2-10: Fachada do Afro-Sul Odomode**



**Figura 2-11: Vista da vegetação do terreno do Vale dos Idosos**





**Figura 2-12: Material abandonado no terreno a ser utilizado pelo Vale dos Idosos**

### **2.4.3 Construção e Reforma de Unidades de Atenção Primária à Saúde**

#### **2.4.3.1 Unidades de Saúde para incluir Clínicas de Família**

A Unidade de Saúde, liderada pela Secretaria Municipal de Saúde, é o serviço que realiza o atendimento e acompanhamento da pessoa ao longo da vida, seja para consultas de rotina, para tratamento de novas doenças ou para problemas relacionados a doenças crônicas. Nas Unidades de Saúde são realizadas consultas, procedimentos médicos, de enfermagem, odontológicos e farmacêuticos, vacinação, ações de promoção em saúde, retirada de insumos e medicamentos

Atualmente, o município de Porto Alegre conta com 136 Unidades de Saúde. O objetivo desse projeto, é a construção e reforma das Unidades de Saúde para contemplarem o funcionamento de Clínicas de Família que são unidades básicas de grande porte, que acomodam de seis a quinze equipes completas de Saúde da Família – sempre com médico e enfermeiro. Oferecem uma carteira de serviços que inclui saúde bucal, exames de laboratório, raio-X e exames de telemedicina (espirometria e eletrocardiograma).

#### **2.4.3.2 Estruturação de Centros Especializados em Saúde (CES)**

O projeto de estruturação de quatro Centros Especializados em Saúde (CES), distribuídos nas regiões norte, leste, oeste e sul da cidade. Dois desses centros serão em estruturas já existentes (Santa Marta e IAPI), os outros 2 (dois) seriam em novas estruturas. A definição das novas estruturas está em andamento.

### **2.4.4 Hospital Pronto Socorro de Porto Alegre**

O Hospital Pronto Socorro de Porto Alegre foi inaugurado em 1944 e é o principal serviço de emergência do estado do Rio Grande do Sul. O hospital opera 24 horas por dia e realiza, segundo informações obtidas no website do hospital (<http://hps.poa.br/>, consulta realizada em 24/06/2022) mais de 900 atendimentos diários, nas especialidades ambulatoriais, médicas e odontológicas, em especial a pessoas vítimas de politraumatismo.



Localizado no Largo Teodoro Herzl, s/nº Bairro Bom Fim, o hospital é administrado pela Secretaria Municipal de Saúde (SMS). O hospital conta com 85 leitos hospitalares, 22 leitos em UIT e atende a 19 especialidades médicas.

### Especialidades

O Hospital de Pronto Socorro de Porto Alegre é especializado em mais de **10 tipos de serviços em emergência** para o atendimento da população.

- |                             |                        |
|-----------------------------|------------------------|
| ✓ Cardiologia               | ✓ Emergência Clínica   |
| ✓ Cirurgia Bucomaxilofacial | ✓ Medicina Intensiva   |
| ✓ Cirurgia do Trauma        | ✓ Neurocirurgia        |
| ✓ Cirurgia Geral            | ✓ Oftalmologia         |
| ✓ Cirurgia Plástica         | ✓ Otorrinolaringologia |
| ✓ Cirurgia Vascular         | ✓ Traumatologia        |

A maior parte dos atendimentos referem-se à urgências clínicas. Segundo o website do hospital, uma de suas características marcantes é que 30% dos seus leitos são de UTI, quando a média dos hospitais em geral, públicos ou particulares, não ultrapassa 5%, o que mostra ser este um hospital voltado e equipado para pacientes críticos.

Atualmente integra a rede de serviços do Sistema Único de Saúde e conta com 1.472 servidores.

O projeto prevê a implantação de uma Unidade de Diagnóstico e Unidade de Referência de Queimados. Detalhes adicionais sobre o início das obras, prazo de construção e início de funcionamento ainda não estão disponíveis. Da mesma forma, detalhes sobre o número de trabalhadores envolvidos e o porte das reformas serão apresentados com o detalhamento do projeto.

### 2.4.5 Hospital Materno Infantil Presidente Vargas

O Hospital Materno Infantil Presidente Vargas (HMIPV) – HMIPV - foi inaugurado em 24 de janeiro de 1953. Em 24 de agosto de 2000, o HMIPV passou para a gestão municipal, através de termo de cessão de uso firmado entre o Ministério da Saúde e a Prefeitura de Porto Alegre. Atualmente, o hospital é administrado pela Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre, oferecendo 100% do atendimento pelo SUS.

O hospital conta com atendimento de emergência para crianças e gestantes e atendimento ambulatorial (consultas) e internação em neonatologia, pediatria, ginecologia e obstetrícia e psiquiatria infantil e adolescente. É referência para o atendimento para mulheres vítimas de violência sexual e para crianças vítimas de violências de qualquer tipo.

O projeto prevê a reforma do centro obstetrício e a revitalização da entrada de emergência e dos equipamentos para a UTI/Adultos. Detalhes adicionais sobre o início das obras, prazo de construção e início de funcionamento ainda não estão disponíveis. Da mesma forma, detalhes sobre o número de trabalhadores envolvidos e o porte das reformas serão apresentados com o detalhamento do projeto.

### 2.4.6 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SMDS

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social é o órgão encarregado da definição, articulação e execução das políticas relativas à: proteção integral, proteção à vulnerabilidade pessoal e comunitária, enfrentamento à pobreza, inclusão social e acessibilidade a quem mais precisa, acesso ao mundo do trabalho, emprego e renda e defesa dos direitos humanos.

#### 2.4.6.1 Reforma do Centro de Urgência e Emergência

O projeto prevê a reforma geral em edificação existente, em processo de doação. O Centro de Urgência e Emergência está localizado na Rua Santa Madalena, 245 no Bairro de Bom Jesus. A área total do terreno é de aproximadamente 1.440 m<sup>2</sup>, sendo 600 m<sup>2</sup> de área construída. No momento o imóvel encontra-se desocupado. O projeto de reforma está em fase de atualização. Está sendo contratado um escritório de arquitetura para elaboração do projeto de reforma geral da edificação. A conclusão do projeto está prevista para maio de 2023. As obras estão previstas para serem iniciadas em agosto de 2023, com duração de 6 meses.

#### 2.4.6.2 Reforma de prédios para entrega aos conselhos tutelares

O Conselho Tutelar é um órgão colegiado que atende casos de crianças ou adolescentes ameaçados ou violados em seus direitos. A sua atuação cobrará dos responsáveis a efetivação dos direitos elencados no ECA, encaminhando, quando necessário, práticas de atos ilegais ou criminosos à Justiça.” “De acordo com o artigo 131 Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal n.º 8069/90), o “Conselho Tutelar é um órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente”.

O Conselho Tutelar atua no âmbito do Município, recebe denúncias de violação de direitos, tais como violência física, psicológica e sexual, negligência, abandono ou a própria conduta, apurando e encaminhando aos órgãos competentes prestarem o atendimento à necessidade que a situação apresenta. As atribuições do Conselho Tutelar estão expressas no art. 136 do ECA com 13 atribuições. Cabe salientar o Art. 95, com a atribuição de Fiscalização das Entidades. Exerce suas funções com independência, e somente a autoridade judiciária poderá rever as medidas aplicadas pelo Conselho Tutelar, e a sociedade em geral, que poderá enviar denúncia à Corregedoria do Conselho Tutelar.

Em Porto Alegre, o Conselho Tutelar é composto por dez unidades, cada uma com cinco membros, escolhidos pela comunidade através do voto facultativo para mandato de 4 anos. Estão vinculados administrativa e financeiramente à Prefeitura Municipal de Porto Alegre, por meio da Secretaria



Municipal de Desenvolvimento Social e Esporte. Têm sua organização e funcionamento estabelecidos em seu Regimento Interno através do Decreto 17.039/2011.

No âmbito deste Programa estão previstas as seguintes projetos:

- **Conselho Tutelar Microregião 1** – reforma geral das instalações a ser realizada em prédio municipal localizado na Av Pátria, 622- Pça Pinheiro Machado, s/nº, bairro São Geraldo. A área do conselho tutelar ocupa uma fração do terreno de 797,48 m<sup>2</sup> em Praça Pública, dos quais 262,69 m<sup>2</sup> são de área construída. A área a ser reformada consiste em vestiários abandonados, atualmente sem uso. Não está prevista a retirada de vegetação para realização do projeto.

O projeto arquitetônico foi elaborado pelo corpo técnico da Prefeitura de Porto Alegre (CPPP/DPP/SMOI) e encontra-se concluído. O Projeto Executivo encontra-se em fase de elaboração com previsão de conclusão até dezembro de 2022. As obras estão previstas para serem iniciadas em março de 2023, com duração de 8 meses.

Este projeto obteve a Permissão de Uso do Espaço da SMAMUS para a SMDS e Termo de Responsabilidade de Imóveis emitido pela SMAP- SEI 15406159-Doc 15181241, parte da Mat.45407- 1º zona- P.A.



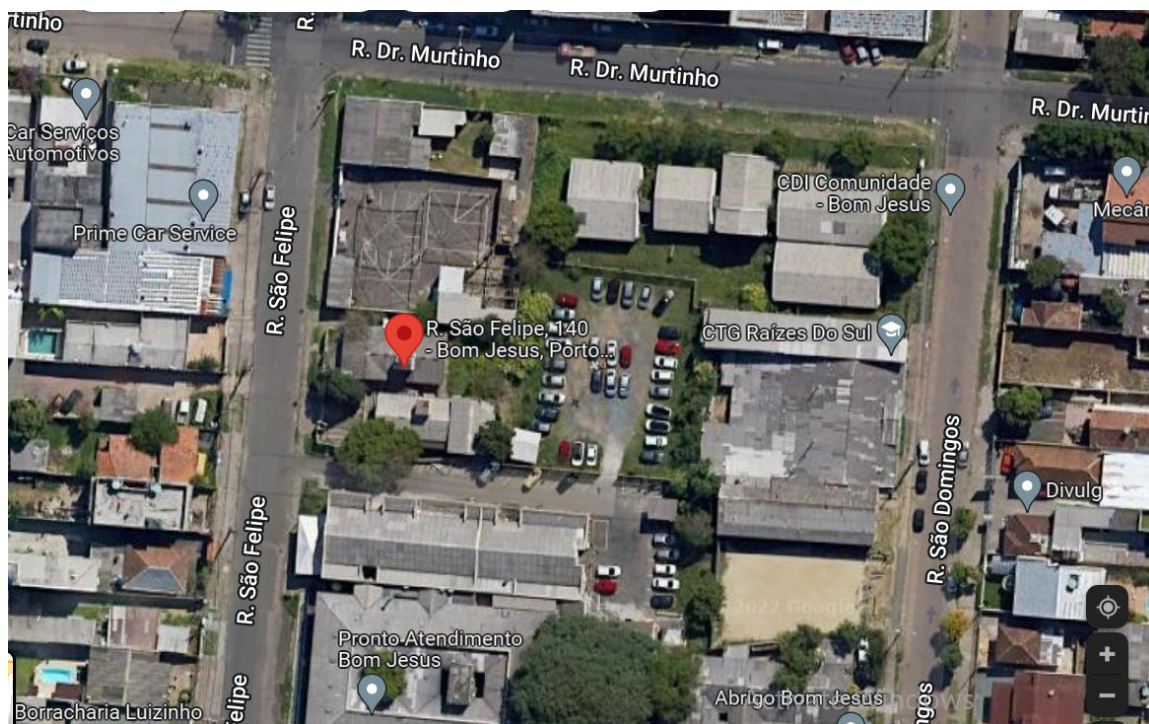
**Figura 2-13: Localização do Conselho Tutelar Microregião 1**

- **Conselho Tutelar Microregião 3** – reforma das instalações da atual Sede com ampliação em edificação existente, em prédio municipal localizado na Rua São Felipe, 140, no bairro do Bom Jesus. A área do conselho tutelar ocupa uma fração de 490,05 m<sup>2</sup> em terreno da PMPA, com uma área edificada de 184,00 m<sup>2</sup>. A área a ser reformada é ocupada atualmente pela sede com CT03. Não está prevista a retirada de vegetação para a realização deste projeto

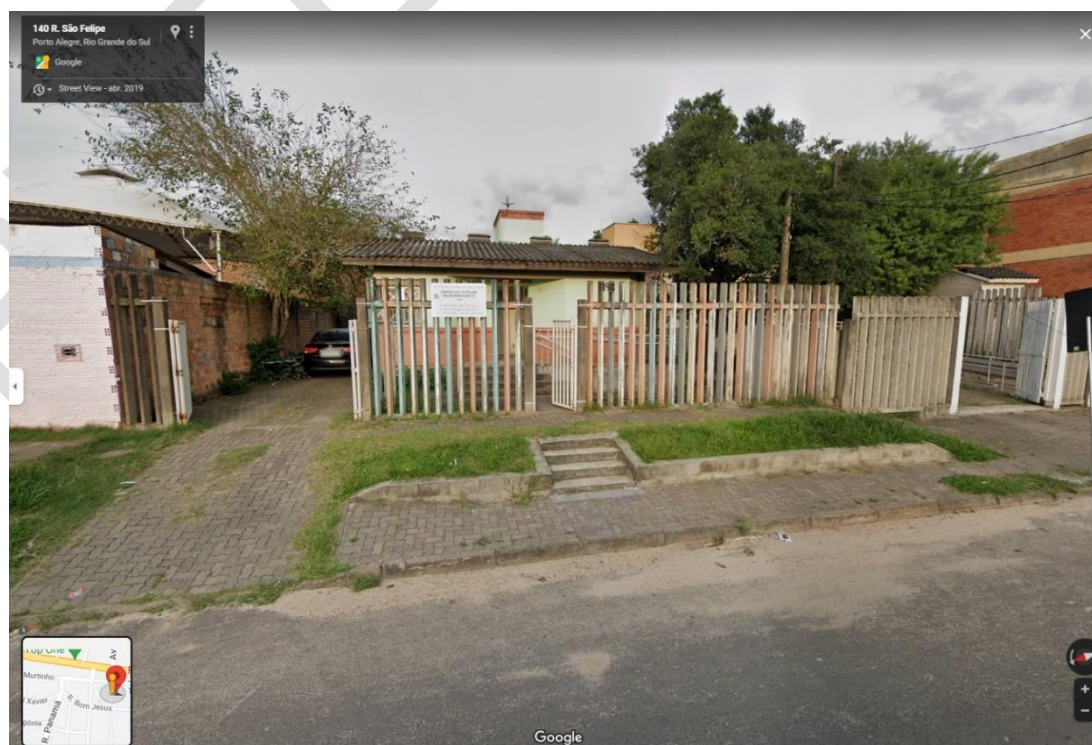
Segundo informações fornecidas pela SMDS – Unidade de Projetos Estratégicos, este equipamento público já atende no local. Os lindeiros são um CRIP (Centro de Relações Institucionais e Participativas – equipamento público), um terreno onde funciona uma Escola de Samba e aos fundos um estacionamento. Este projeto será objeto de visita de campo na etapa subsequente desta AAS.



O projeto arquitetônico foi elaborado pelo corpo técnico da Prefeitura de Porto Alegre (CPPP/DPP/SMOI) e encontra-se concluído. O Projeto Executivo também já se encontra concluído e já estão aptos a serem encaminhados para licitação. As obras estão previstas para serem iniciadas em janeiro de 2023, com duração de 4 meses. Há a invasão de uma pequena área do imóvel (4,23m<sup>2</sup>), presentemente ocupada pela churrasqueira de uma Escola de Samba vizinha que necessitará ser retirada para a execução da obra. Haverá ainda a necessidade de remoção de um espécime vegetal nos fundos do terreno.



**Figura 2-14: Localização do Conselho Tutelar Microregião 3**





## Figura 2-15: Vista do local

(Foto cedida pela SMSD – Unidade de Projetos Estratégicos)

- **Conselho Tutelar Microregião 4** - reforma geral em edificação existente, em prédio atualmente em processo de transferência de titularidade, localizado na Rua Manoel Vitorino, 10 no bairro do Partenon. A área do conselho tutelar ocupa um terreno de 1.840,00 m<sup>2</sup>, com uma área edificada de 265,50 m<sup>2</sup>. A área a ser reformada é ocupada atualmente pela sede com CT04. As intervenções preveem, além da reforma, intervenções na área do estacionamento principalmente para realização de serviços de drenagem. Não está prevista a retirada de vegetação para realização deste projeto.

Segundo informações fornecidas pela SMSD – Unidade de Projetos Estratégicos, este equipamento público já atende no local. Os lindeiros são uma Unidade de Saúde da Prefeitura e casas residenciais. Este projeto será objeto de visita de campo na etapa subsequente desta AAS.

O projeto arquitetônico foi elaborado pelo corpo técnico da Prefeitura de Porto Alegre (CPPP/DPP/SMOI) e encontra-se concluído. O Projeto Executivo também se encontra concluído. As obras estão previstas para serem iniciadas em janeiro de 2023, com duração de 4 meses.



Figura 2-16: Localização do Conselho Tutelar Microregião 4

**Figura 2-17: Vista do local**

(Foto cedida pela SMSD – Unidade de Projetos Estratégicos)

- **Conselho Tutelar Microregião 10** – reforma geral em edificação existente para nova sede, em prédio municipal, localizado na Rua Pio XXII, 129 ao 335, no bairro Vila Ingá. A área do conselho tutelar ocupará uma edificação existente em terreno de PMPA, com uma área edificada de 445,00 m<sup>2</sup>. A área a ser reformada encontra-se desocupada atualmente.

O projeto arquitetônico está sendo elaborado por um escritório de arquitetura. O Projeto Executivo encontra-se em fase de contratação. As obras estão previstas para serem iniciadas em agosto de 2023, com duração de 8 meses.

- **Conselho Tutelar Microregião 9** – construção de edificação para nova sede, em prédio municipal, localizado na Estradada João de Oliveira Remião, 5450, no bairro Longa do Pinheiro. A área do conselho tutelar ocupará uma fração de 370,00 m<sup>2</sup> em terreno da PMPA, com uma área edificada de 260,00 m<sup>2</sup>. A área a ser construída encontra-se em terreno desocupado.

O projeto arquitetônico foi elaborado pelo corpo técnico da Prefeitura de Porto Alegre (CPPP/DPP/SMOI) e encontra-se em elaboração. O Projeto Executivo encontra-se em fase de elaboração com previsão de conclusão até março de 2023. As obras estão previstas para serem iniciadas em agosto de 2023, com duração de 8 meses.

Este projeto possui documentações atreladas ao Doc. SEI 14138198 Mat. 173961 e 173962-3ª zona -P.A.

- **Conselho Tutelar Microregião 5** - construção de edificação para nova sede, em prédio municipal, localizado na Rua Coronel Neves, 555, no bairro Medianeira. A área do conselho tutelar ocupará terreno da PMPA, com uma área edificada de 250,00 m<sup>2</sup>. A área a ser construída se encontra em terreno desocupado.

O projeto arquitetônico será elaborado por um escritório de arquitetura. O Projeto Executivo encontra-se em fase contratação. As obras estão previstas para serem iniciadas em outubro de 2023, com duração de 8 meses.

- **Conselho Tutelar Microregião 6** – construção de edificação para nova sede, em prédio municipal, localizado na Avenida Cavallhada, 6735 no bairro Ipanema. A área do conselho tutelar ocupará um terreno da PMPA, com uma área edificada de 250,00 m<sup>2</sup>. A área a ser construída se encontra em terreno desocupado.

O projeto arquitetônico será elaborado por um escritório de arquitetura. O Projeto Executivo encontra-se em fase contratação. As obras estão previstas para serem iniciadas em outubro de 2023, com duração de 8 meses.

### 3. MARCO LEGAL E INSTITUCIONAL

O marco regulatório brasileiro consiste em um conjunto de leis, decretos, resoluções, portarias e normas regulamentadoras relativas tanto aos aspectos gerais ambientais e sociais, como a política nacional de meio ambiente e os acordos internacionais assinados pelo país, o processo de licenciamento e os estudos de impacto associados e exigências de participação e consulta pública, quanto aos aspectos específicos: biodiversidade, flora e fauna, espécies ameaçadas, qualidade da água e efluentes, qualidade do ar e emissões atmosféricas, gestão de materiais e químicos perigosos, gestão de resíduos e efluentes, amianto, materiais radioativos, ascarel, materiais radioativos, patrimônio histórico e cultural, interferência com áreas protegidas e unidades de conservação e interferência com populações tradicionais e povos indígenas.

As regulamentações ambientais são definidas no Brasil nos níveis Federal, Estadual e Municipal. Os Estados e os municípios podem desenvolver e fazer cumprir suas próprias normas ambientais e sociais com base nas características locais, entretanto as normas Federais devem sempre ser atendidas. Em nível Federal, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) são as principais instituições responsáveis pelas regulamentações ambientais e processos de licenciamento.

Além do IBAMA, outras instituições como: a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e a Fundação Cultural Palmares (FCP) geralmente também estão envolvidas com estudos ambientais e sociais e os processos de licenciamento.

Para a cidade de Porto Alegre, três outras agências ambientais devem ser consideradas. 1) Os órgãos representando o Estado - Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler (FEPAM) e a Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura (SEMA); e 2) o órgão ambiental municipal – Secretaria Municipal do Meio Ambiente Urbanismo e Sustentabilidade (Smamus). No que se refere ao patrimônio histórico e cultural, a Secretaria Municipal de Cultura (SMC) é responsável pela análise e autorização relativa ao fornecimento de iluminação em áreas de patrimônio cultural e no entorno de prédios históricos.

De acordo com as normas ambientais brasileiras, todos os projetos devem passar por um processo de licenciamento ambiental. Uma Avaliação de Impacto Ambiental e Social completa é necessária para a obtenção da primeira licença ambiental (Licença Prévia). Com base nas características do projeto, o processo de licenciamento será conduzido em nível federal, estadual ou municipal conforme resumido na **Error! Reference source not found.**

**Tabela 3-1 – Níveis de licenciamento**

Nível Federal	Nível Estadual	Nível Municipal
Atividade de alto, médio e baixo impacto	Atividade de alto, médio e baixo impacto	Atividade de baixo impacto
Empreendimento englobando mais de um Estado	Empreendimento englobando mais de um município	Empreendimento restrito as fronteiras do município
Quando há interferência em unidades de conservação	Quando a atividade realizada possui o licenciamento restrito ao Estado	Quando delegado pelo órgão estadual
Quando há interferência em comunidades indígenas	-	-



Em projetos off-shore	-	-
Projetos nucleares	-	-

Os principais regulamentos ambientais e sociais relativos às áreas urbanas estão resumidos na Tabela abaixo.

**Tabela 2-2: Principais regulamentos ambientais e sociais**

Normas Ambientais e de Saúde e Segurança	Descrição dos principais aspectos
Instrução Normativa Federal do IBAMA nº 31/2009 e, Lei Federal 6938/81 (alterada pela Lei Federal 7804/1989)	Estabelece que as atividades industriais descritas no Anexo das Instruções Normativas devem ser registradas no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Usuários de Recursos Ambientais (CTF).  Esta regulamentação inclui empresas envolvidas em atividades potencialmente poluidoras e/ou na extração, produção, transporte e comercialização de produtos potencialmente perigosos e produtos ou subprodutos relacionados à fauna e flora.
Lei Federal 6938/81 (alterada pela Lei Federal 10165/00)	Exige que as empresas cadastradas no IBAMA apresentem um relatório anual de atividades e paguem uma Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA) trimestralmente, dependendo das atividades do local.
Lei Estadual Nº 13.761/11	Estabelece que as atividades industriais descritas no Anexo às Instruções Normativas devem ser registradas no Cadastro Técnico Estadual de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Usuários de Recursos Ambientais.
Lei Complementar 434/99 alterada pela Lei Complementar 646/2010	Institui a Política Urbanística do Município de Porto Alegre e descreve princípios, estratégias, sistemas de planejamento, instrumentos urbanísticos, normas gerais e regulamentações visando o desenvolvimento da cidade.
Lei Federal nº 6.931/81 - Política Nacional do Meio Ambiente (alterada pela Lei Federal nº 7.804/1989)	Define as obrigações de licenciamento ambiental para a construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades que utilizem recursos ambientais, sejam considerados efetivos ou potenciais poluidores, ou que possam causar degradação ambiental.
Decretos Federais nº 99274/90 e nº 3942/01 Resoluções Federais CONAMA nº 001/86 e nº 237/97 (Art. 6º)	Artigo 10 da Lei Federal 6.938/81, alterada pela Lei 7.804/1989, e estabelece que cada estado do Brasil é responsável pelo licenciamento ambiental em seus territórios, exceto para projetos com influência regional ou nacional sobre impactos ambientais, caso em que a Agência (IBAMA) é designada como autoridade ambiental.
Lei Federal nº 140/2011	A Resolução do CONAMA estabelece três níveis para licenciamento de novos empreendimentos (licença prévia, licença de instalação e licença de operação), e indica os órgãos ambientais responsáveis pelo processo de licenciamento e os estudos necessários.  Com base na Lei Complementar nº 140/2011, o processo de licenciamento de empreendimentos locais pode ser realizado em nível municipal.
Portaria Interministerial (Federal) nº 60/2015	Determina a participação da FUNAI, FCP e IPHAN no processo de licenciamento ambiental.



Normas Ambientais e de Saúde e Segurança	Descrição dos principais aspectos
Lei Municipal nº 8.267/98, alterada pela Lei Municipal nº 10.306/08	Define os procedimentos relativos ao sistema de licenciamento ambiental municipal.
Lei Federal nº 12.305/10 Política Nacional de Resíduos Sólidos Lei Estadual Nº 14.528 Política Estadual de Resíduos Sólidos	Estabelece que as empresas devem desenvolver um Plano de Gerenciamento de Resíduos e as principais diretrizes a serem abordadas.
Normas Brasileiras (NBR) 10004, 1005, 1006, 1007, 13211, 11174, 11175, 13463, 12235 e 75000	Definem critérios, diretrizes e requisitos para classificação, análise, gerenciamento, armazenamento e transporte de resíduos. A empresa deve desenvolver um plano de gerenciamento de resíduos de acordo com os regulamentos existentes.
Decreto nº 18.461/ 2013 Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos	Apresenta o diagnóstico geral da gestão de resíduos sólidos no município de Porto Alegre.  Estabelece diretrizes para a redução de resíduos sólidos urbanos compreendendo o reaproveitamento, reciclagem e valorização de resíduos e define a obrigatoriedade de implantação de procedimentos de logística reversa.
Lei municipal complementar nº 757/2015	Estabelece regras para a supressão, o transplante ou a poda de espécimes vegetais no Município de Porto Alegre.
Portaria IBAMA nº 86/1996 Resolução Estadual nº 58/2013	Estabelece os requisitos de automonitoramento de caminhões (diesel). Define também que as emissões devem estar em conformidade com a Norma nº 2 da escala Ringelman (Art. 4, áreas urbanas).  Multas poderão ser aplicadas pelos órgãos ambientais em caso de mais de três situações de descumprimento (Art. 5º).
Portaria Interministerial nº 19/1981 NBR 8371, 75000 e 7504	Proíbe a produção, uso e comercialização de bifenilos policlorados (PCBs), material há muito utilizado em transformadores. As concessionárias de energia foram autorizadas a continuar a operação de equipamentos com PCB contendo óleo até a data de reabastecimento de óleo ou substituição do equipamento. O óleo e os equipamentos novos devem ser isentos de PCB.
Materiais contendo amianto Decreto Federal 126/91 Lei Federal 9.055/95 e Lei Estadual Nº 11.643/01	O Decreto Federal 126/91 promulga a Convenção da Organização Internacional do Trabalho n. 162, sobre o uso seguro do amianto.  A Lei Federal 9.055/95 define que é proibida a extração, produção, comercialização e uso de actinolita, amosita (amianto marrom), antofilita, crocidolita (amianto azul) e amianto tremolita, bem como de produtos desses materiais. No entanto, o uso de amianto crisotila/amianto serpentina, incluindo isolamento de amianto friável, continua legal no Brasil.  Em caso de necessidade de substituição de material ACM, este deve ser gerenciado e manuseado como material perigoso.
Resolução CONAMA 357/05 (alterada pela Resolução CONAMA 397/08 e	Estabelece as condições e normas para a descarga de águas residuais. Essas resoluções estabelecem que os efluentes de qualquer fonte poluidora somente poderão ser lançados em corpos hídricos, direta ou indiretamente, após tratamento e comprovação do atendimento às normas de efluentes.

Normas Ambientais e de Saúde e Segurança	Descrição dos principais aspectos
Resolução CONAMA 430/2011)	
Produtos perigosos Portaria Federal nº 124/1980	Estabelece distâncias mínimas de armazenamento de substâncias perigosas e corpos d'água, define diretrizes gerais para armazenamento e gerenciamento de substâncias perigosas.
Ruído Resolução CONAMA 001/1990 NBR 10151/2003 NBR 10152/1992	Estabelece que a emissão de ruído de qualquer atividade industrial deve seguir as condições estabelecidas na NBR 10151/03, que descreve procedimentos para identificação da aceitabilidade de ruído em áreas habitadas. Além disso, as emissões sonoras devem atender às condições estabelecidas pela NBR 10152/92, que indica padrões de nível de ruído para conforto acústico em diferentes áreas residenciais e de serviços, considerados como padrões de referência na determinação do impacto sonoro das atividades vizinhas.
NR 18 - Medidas de segurança	Estabelece as diretrizes administrativas, de planejamento e de organização para canteiros de obras. A Norma prevê a obrigatoriedade da elaboração do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), possibilitando uma efetiva gestão dos riscos existentes pelo responsável pela obra. A elaboração do PGR ficará a cargo de profissional legalmente habilitado em segurança do trabalho e sua implementação sob responsabilidade da organização.
NR 6 – Equipamentos de Proteção Individual (EPI)	A NR 6 exige que as construtoras distribuam Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) aos trabalhadores das obras. O objetivo é resguardar a saúde e a integridade físicas dos empregados
NR 8 – Padrões de edificações	Estabelece os requisitos técnicos mínimos que devem estar presentes nas edificações, visando garantir a segurança e o conforto de quem está trabalhando na construção.
NR 12 – Uso de maquinário	A NR 12, visa garantir que máquinas e equipamentos de construção civil possam ser utilizados pelo trabalhador de maneira segura, prevenindo acidentes e doenças do trabalho através de medidas de proteção e de referências técnicas. A Norma ainda exige informações completas sobre o ciclo de vida dos equipamentos, incluindo o transporte, a instalação, a operação, manutenção.
NR 35 – Segurança nas alturas	Estabelece os requisitos para a segurança das atividades realizadas nas alturas – ou seja, aquelas executadas acima de dois metros do nível do solo, onde há risco de queda.

Além das Marco Legal brasileiro, este AAS considera, ainda, o Marco de Políticas Ambientais e Sociais – MPAS (IDB, 2020).

Padrão de Desempenho	Aspecto relacionado
Padrão 1	Avaliação e Gestão de Riscos e Impactos Ambientais e Sociais
Padrão 2	Mão de Obra e Condições de Trabalho
Padrão 3	Eficiência de Recursos e Prevenção da Poluição

Padrão de Desempenho	Aspecto relacionado
Padrão 4	Saúde e Segurança da Comunidade
Padrão 5	Aquisição de Terras e Reassentamento Involuntário
Padrão 6	Conservação da Biodiversidade e Gestão Sustentável dos Recursos Naturais Vivos
Padrão 7	Populações Indígenas
Padrão 8	Patrimônio Cultural
Padrão 9	Igualdade de Gênero
Padrão 10	Engajamento de Partes Interessadas e divulgação de Informações

## 4. CONDIÇÕES AMBIENTAIS E SOCIAIS DA CIDADE DE PORTO ALEGRE

### 4.1 Considerações Gerais

A cidade de Porto Alegre é a capital do estado do Rio Grande do Sul, localizada no extremo Sul do Brasil e é o núcleo da Região Metropolitana de Porto Alegre (RPMA). “Além do núcleo da metrópole a Região Metropolitana conta com outros centros urbanos importantes, centros industriais e de serviços, bem como centros que polarizam as redes urbanas que extrapolam os seus limites institucionais, como é o caso de Novo Hamburgo e São Leopoldo” (Ribeiro, 2018). A Região Metropolitana de Porto Alegre é a quarta maior do país.

Porto Alegre também conta, segundo o IBGE (2021), com uma população estimada em 1.492.530 pessoas, área territorial de cerca de 495.390 km<sup>2</sup> e densidade demográfica de 2.837,53 hab/km<sup>2</sup>. O índice de desenvolvimento humano municipal – IDHM é de 0,805 enquanto o índice de desenvolvimento humano do estado – IDH é de 0,746. O município, ainda segundo o IBGE, possui 201 estabelecimentos de saúde SUS e conta com o atendimento de cerca de 93% da população com esgotamento sanitário adequado.

O Anuário Estatístico da Prefeitura Municipal de Porto Alegre publicado em outubro de 2021, em sua 50ª edição, traz informações referentes a dados demográficos e socioeconômicos da Capital entre 2011 e 2020.

Conforme anuário, a Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre (SMS) gerencia um sistema de saúde para a população porto-alegrense. Possui missão institucional de promover o bem-estar em saúde, de acordo com as diretrizes do Sistema Único de Saúde e com a participação da iniciativa privada em caráter complementar, por meio de gestão única que garanta aos cidadãos o acesso universal, equânime e o cuidado integral.

A SMS visa ser referência no bem-estar em saúde, pela excelência na gestão e nas ações em saúde focadas nos cidadãos. A SMS possui planejamento estratégico que valoriza a atenção primária, a regulação clínica (ou seja, o controle do fluxo de pacientes entre diferentes níveis de atenção), o Telessaúde, a equidade e o uso de evidências científicas e de tecnologias de informação e de comunicação.

Conforme apresentado no Plano Municipal de Saúde Quadriênio 2018- 2021, publicado em 2017 pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre e Secretaria Municipal de Saúde, a população de do território de Porto Alegre está distribuída em 17 Distritos Sanitários. As Gerências Distritais (GD) gerenciam dois ou mais DS, descentralizando e operacionalizando as estratégias de planejamento, atenção e vigilância em saúde. São oito GDs, com população entre 95 e 200 mil habitantes.

1. Norte /Eixo Baltazar
2. Centro
3. Noroeste/Humaitá/Navegantes/Ilhas
4. Leste/Nordeste
5. Glória/ Cruzeiro/Cristal
6. Sul/Centro Sul
7. Partenon/Lomba do Pinheiro
8. Restinga Extremo Sul

Segundo o Anuário Estatístico, na área da saúde, os dados ora refletem as adversidades da pandemia, ora não. No atendimento das Unidades de Saúde da Família (USFs) o número de atendimentos pouco variou: de 264, em 2020, contra 263, em 2019, queda de apenas 2,3% no número de pessoas atendidas. Contudo, após registrar média de 725.816 no período 2017-2019, o número de visitas domiciliares despencou para 202.488, queda de mais de 72%, refletindo a situação da pandemia. A queda de 21,17% na média diária de atendimentos no Hospital de Pronto Socorro, em 2020, demonstrou os impactos da pandemia na demanda deste serviço. Os procedimentos no Hospital Materno Infantil

Presidente Vargas também refletiram a pandemia, reduzindo-se em mais de 14%, com queda de 63,32% nas consultas e procedimentos ambulatoriais e 78,8% nos procedimentos odontológicos.

Ainda conforme Anuário Estatístico os principais eixos da Secretaria Municipal de Saúde são: Atenção Primária à Saúde; a articulação entre os componentes da Rede de Atenção à Saúde (atenção primária, especialidades ambulatoriais, urgência e hospitalar); e as ações de promoção, prevenção e vigilância à saúde como doenças crônicas (cardiovasculares, respiratórias, saúde mental, osteomusculares), materno-infantis, condições agudas (infecções sexualmente transmissíveis, HIV/AIDS e outras), causas externas (acidentes e violências) e doenças emergentes ou reemergentes (Covid-19, influenza H1N1, doenças causadas pelo *Aedes aegypti*, leishmaniose e tuberculose, entre outras) e de grupos populacionais em maior condição de vulnerabilidade.

De acordo com os dados obtidos no Observatório de Porto Alegre (Observa POA) o município possui 130 unidades de saúde sendo que destas 103 unidades prestam serviços especializados. Dentre as unidades de saúde existem 14 hospitais, 6 Centros de Saúde, 4 unidades de Pronto Atendimento e Centros de Especialidades em Odontológicas, de Saúde Mental, Psicossocial, além de muitas outras. Ainda de acordo com o Observa POA, em 2021 a foram existiam 4706 leitos hospitalares do SUS, número que corresponde a 3,15 leitos por mil habitantes. Além disso, nesse mesmo ano foram diagnosticados 348 casos de AIDS, 86 casos de dengue e 96.236 casos de Covid -19.

Voltando as informações apresentadas Anuário Estatístico da Prefeitura Municipal de Porto Alegre a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS), por sua vez, dedica-se a garantir ao cidadão do município em risco ou vulnerabilidade social. A SMDS tem a função de definir, articular e executar políticas relativas à proteção integral, proteção à vulnerabilidade pessoal e comunitária, enfrentamento à pobreza, inclusão social e acessibilidade, acesso a trabalho, emprego e renda e defesa dos direitos humanos, realizando ações de proteção e de Fomento ao Desenvolvimento Social Sustentável. Além disso, a SMDS coordena e desenvolve políticas de respeito a diversidade, proteção da mulher, promoção da igualdade racial, dos idosos, dos imigrantes, migrantes e refugiados, dos indígenas, bem como políticas de interesses difusos voltados ao desenvolvimento social das pessoas na cidade.

A SMDS é responsável, ainda, pelos serviços prestados pela Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC), dos Conselhos Municipais de Direitos, Fundos de Financiamento e Centro de Apoio aos Conselhos Tutelares.

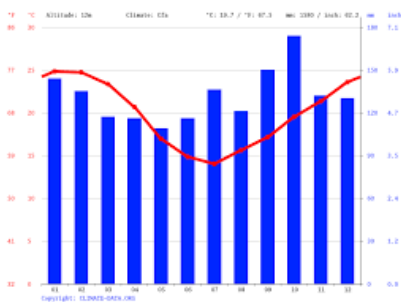
De acordo com os dados obtidos no Anuário Estatístico, na área social, observou-se um aumento de 19,44% no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família entre 2019 e 2020. Já a capacidade diária de atendimento da rede de proteção social especial de alta complexidade para população adulta experimentou um movimento duplo, apresentando redução 67,53% de vagas em albergues e aumento de 72,16% de vagas em abrigos. O mesmo aconteceu com a capacidade de atendimento nos serviços de acolhimento institucional para crianças e adolescentes, mantendo-se constante quanto aos abrigos residenciais próprios, mas com redução de 15,5% quanto aos abrigos no período 2019-2020.

Já o Departamento Municipal de Habitação (Demhab), por sua vez, é a autarquia responsável pela gestão da Política Habitacional de Interesse Social do Município de acordo com o Anuário Estatístico. O DEMHAB regula, coordena e realiza ações técnicas de contratação, execução e fiscalização de serviços nas áreas de engenharia, arquitetura e urbanismo. É responsável por coordenar as atividades de estudo, pesquisa, diagnóstico, intervenção social, desenvolvimento comunitário, cooperativismo. Os Programas de Habitação Popular do Demhab atenderam em 2020 mais de 2.000 pessoas, e a produção habitacional no mesmo ano foi de 758 unidades com destaque para a contribuição do Condomínio Irmãos Marista. O ano de 2020 também revelou que 76 cooperativas habitacionais estavam ativas (cadastradas no DEMHAB e com a documentação completa) e com 1.646 sócios cadastrados.

Dois documentos descrevem de forma detalhada o diagnóstico ambiental da cidade de Porto Alegre – o Diagnóstico Ambiental de Porto Alegre e o Atlas Ambiental de Porto Alegre<sup>3</sup>. Nesta Avaliação

<sup>3</sup> INCLUIR AS INFORMAÇÕES BÁSICAS DESTES DOIS DOCUMENTOS

Ambiental e Social (AAS) é apresentado um resumo dos principais aspectos ambientais e sociais e uma indicação inicial, para esta etapa preliminar da AAS sobre a relação do aspecto ambiental e social com potenciais impactos, negativos ou positivos. Na Seção 5, a seguir, os impactos aqui identificados são apresentados, incluindo uma indicação preliminar das medidas de mitigação e controle previstas.

Aspecto	Descrição	Impacto relacionado
Geologia topografia e geomorfologia	O Município de Porto Alegre possui 80 bairros que estão assentados sobre duas litologias: rochas granítico-gnáissicas fissuradas e depósitos argilo-arenosos a arenosos de origem flúvio-lacustre, lagunar e aluvionar.	Devido ao porte e característica dos projetos, não são esperados impactos relacionados à geologia, geomorfologia ou a topografia da cidade ou no local dos projetos.
Solos	Segundo PROJETO RADAMBRASIL (1986), as classes pedológicas de solos encontradas em Porto Alegre são: Podzólicos Vermelho-Amarelados, Litólicos e Cambissolos, com substrato de granitos e gnaisses, e Planossolos, Gleis e Solos Aluviais, desde sedimentos quaternários.	Potencial de impactos localizados no local das novas construções relacionados à erosão
Meteorologia e clima local	O clima da cidade de Porto Alegre apresenta duas estações marcadas de verão, nos meses de outubro a março e temperaturas mais baixas de abril a setembro. 	Todos os projetos são de pequeno porte – reformas e novas construções, que não apresentam impactos no clima local.
Recursos hídricos	O município de Porto Alegre situa-se na Região Hidrográfica do Guaíba, 82,6% do seu território na Bacia do Lago Guaíba e 17,4% na Bacia do Rio Gravataí. As rochas granítico-gnáissicas constituem o aquífero fraturado Pré-Cambriano, e os depósitos, o aquífero poroso Cenozóico. Existem em Porto Alegre cerca de 330 poços tubulares, com maior concentração no Centro, Praia de Belas, Jardim Botânico, Petrópolis, Bela Vista, Vila Ipiranga, Boa Vista, Mont'Serrat, Moinhos de	Todos os projetos estão localizados na mesma região hidrográfica e não são esperados impactos nos recursos hídricos regionais. À nível local, a gestão da construção das novas obras deve ser realizada para evitar carreamento de sedimentos e impactos em cursos de água próximos, como o Arroio do Dilúvio.



Aspecto	Descrição	Impacto relacionado
	Vento, Independência, Floresta, São Geraldo, Cristo Redentor e Sarandi. Como grande parte dos bairros de Porto Alegre está impermeabilizada por edificações e pavimentação, a recarga de águas subterrânea se dá nas áreas altas do município (Morro de Santana, Morro da Polícia, etc.) onde a urbanização ainda não chegou.	
Atmosfera		Potenciais impactos relacionados a emissão de caminhões para transporte de materiais e equipamentos e emissão de poeira durante as atividades de construção e reforma.
Condições estéticas e da paisagem		Não foram identificados, até o momento, impactos negativos nas condições estéticas e da paisagem.
Passivos ambientais		Não está prevista a geração de passivos ambientais em nenhum dos projetos, nem na construção nem na operação, devido à natureza das atividades proposta e tipo de obras que serão realizadas.
Áreas com potencial de inundação	O Projeto Vale dos Idosos está localizado as margens do Arroio do Dilúvio, com histórico de inundações e alagamentos. Existem, ainda, histórico de inundações e alagamentos na cidade de Porto Alegre as margens do Lago Guaíba em especial no Centro Histórico da cidade.	Os impactos de inundações aos projetos considerados nessa AAS serão apresentados na versão final após a realização do detalhamento dos projetos.
Mudanças climáticas <sup>4</sup>	A prefeitura de Porto Alegre possui um Inventário de Gases de Efeito Estufa, elaborado em 2021, onde são indicadas as principais fontes emissoras de gases poluentes da cidade - energia estacionária (consumo diário dos cidadãos), transportes, resíduos e agricultura, floresta e uso da terra. Este estudo	Todos os projetos, devido a sua localização, estão expostos as mesmas condições climáticas.  Os projetos de geração de energia fotovoltaica, contribuem para a disseminação de energia renovável reduzindo o impacto das mudanças climáticas,

<sup>4</sup> Informações obtidas na página da prefeitura de Porto Alegre, consulta realizada em junho de 2022

(<https://prefeitura.poa.br/smamus/noticias/prefeitura-apresenta-aco-es-para-enfrentamento-das-mudancas-climaticas-em-reuniao-do>)

Aspecto	Descrição	Impacto relacionado
	tem por objetivo subsidiar o desenvolvimento de estratégias de redução de emissão e ações de mitigação dos impactos das mudanças do clima.	<p>mesmo que forma limitada devido a pequena população atendida,. Há também a previsão de capacitação e geração de empregos verdes (manutenção dos painéis solares por membros da comunidade).</p> <p>As obras de melhoria e novas estruturas hospitalares e sociais ajudam a mitigar os impactos a saúde da população mais vulnerável e que mais sofrerão com as consequências da mudança do clima.</p> <p>Portanto, na perspectiva das mudanças climáticas entendem-se que os projetos tem impacto positivo.</p>
Cobertura vegetal	Apesar de restarem poucos remanescentes de vegetação, Porto Alegre apresenta uma paisagem composta de um mosaico (espacial e territorial) em que se destaca o ambiente natural (69,09%) e o ambiente construído (30,94%), congregando áreas rurais e urbanas. Nesta paisagem destaca-se o seu elemento integrador natural, representado pelo Lago do Guaíba, um corredor de troca e condução de matéria e energia, com importante função ecológica, económica e social.	Os impactos na cobertura vegetal das áreas onde serão localizados os projetos serão apresentados na versão final após a realização do detalhamento dos projetos
Áreas protegidas	As Unidades de Conservação administradas pelo município de Porto Alegre são: o Parque Natural Municipal Saint'Hilaire, o Parque Natural Morro do Osso, a Reserva Biológica do Lami e o Refúgio de Vida Silvestre São Pedro.	Não foram identificados impactos nas áreas protegidas do município de Porto Alegre.
Demografia <sup>5</sup>	Segundo o Censo Demográfico de 2010 há um envelhecimento da população de Porto Alegre em relação ao Censo anterior de 2000. Somado a isso, houve uma queda na	Não são esperados impactos negativos dos projetos em relação à demografia da cidade de Porto Alegre.

<sup>5</sup> Informações sobre demografia obtidas no Observatório da Cidade de Porto Alegre, consulta realizada em junho de 2022. ([http://www2.portoalegre.rs.gov.br/observatorio/default.php?reg=2&p\\_secao=17](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/observatorio/default.php?reg=2&p_secao=17))

Aspecto	Descrição	Impacto relacionado
	proporção de jovens. A população idosa (60 anos ou mais) da Cidade aumentou 32% em relação a 2000, passando de 160.540 para 211.896 pessoas,	No entanto, espera-se que o Projeto Piloto Vale dos Idosos tenha impactos positivos, em especial devido a característica do envelhecimento da população da cidade nos últimos anos.
Centros de saúde		Impactos positivos
Povos indígenas <sup>6</sup>	<p>Em Porto Alegre, há nove coletivos kaingang habitando nas partes altas da bacia hidrográfica do Guaíba, em pequenas áreas nos bairros Lomba do Pinheiro, Jari, Safira, Agronomia, nos morros São Pedro e Santana, Tristeza (Morro do Osso), Lami e Belém Novo.</p> <p>Quatro coletivos guaranis moram em pequenas terras altas e baixas na Lomba do Pinheiro, no Cantagalo, no Lami e no Belém Novo. Desde 2008, um coletivo charrua está territorializado em área reservada municipal, na zona rural da Lomba do Pinheiro. Além destes, dezenas de famílias indígenas vivem nas vilas e bairros Planalto, Farrapos, Serraria, Vila Nova, Nova Santa Rosa, Glória, entre outros. A Coordenadoria dos Povos Indígenas, Imigrantes e Direitos Difusos da SMDS estima que 827 pessoas vivem nas comunidades indígenas de Porto Alegre.</p>	<p>Até o momento, não foram identificados impactos em povos indígenas.</p> <p>Potenciais impactos serão avaliados e apresentados na versão final após a realização do detalhamento dos projetos</p>
Pessoas e comunidades vulneráveis ou marginalizadas		<p>Os projetos tem por objetivo a geração de impactos positivos para pessoas e comunidades vulneráveis.</p> <p>O projeto de instalação de energia solar fotovoltaica tem como meta a redução do valor das contas de luz das famílias localizadas nos condomínios Senhor do Bom Fim e Irmãs Marista.</p>
Disponibilidade, acesso e qualidade de outros serviços públicos básicos		Os projetos tem por objetivo a ampliação da disponibilidade e qualidade dos serviços de

<sup>6</sup> Informações obtidas na página da web da Prefeitura de Porto Alegre, consulta realizada em junho de 2022.

<https://prefeitura.poa.br/smds/noticias/semana-municipal-dos-povos-indigenas-comeca-nesta-segunda-com-programacao-virtual>



Aspecto	Descrição	Impacto relacionado
		saúde e de apoio dos conselhos tutelares.
Vias e meios de transporte	As vias no entorno dos projetos são pavimentadas e atendem ao transporte em geral.	Existe um potencial de impactos negativos no tráfego das vias próximas aos locais dos projetos devido ao aumento do fluxo de caminhões e equipamentos de construção.
Presença de áreas de interesse ou patrimônio cultural	Não foram identificados, até o momento a presença de áreas de interesse ou patrimônio cultural. Exceção feita a presença da Sede do grupo Afro-Sul Odomode. Trata-se de uma instituição cultural que funciona como movimento de valorização da cultura negra e do direito a livre expressão da pessoa humana, com objetivo de lutar contra o racismo e divulgar a história e a música negra através de seus espetáculos. A Afro-Sul desenvolve atividades dentre as quais se destacam a dança, a música, a moda e a gastronomia. Retrata a cultura afro-gaúcha e a difunde para além das fronteiras da Capital e até mesmo do Brasil, com um repertório que viaja pela "diáspora Africana" e efetua a fusão entre música erudita e ritmos afros. <sup>7</sup>	A Sede do Afro-Sul Odomode deverá ser relocada para área próxima ao local atual.

## 4.2 Mecanismo de Queixas e Reclamações Existentes

A Prefeitura Municipal de Porto Alegre, por meio da Secretaria Municipal de Transparência e Controladoria – SMTTC, coordena a Ouvidoria-Geral do Município que destina-se prioritariamente a receber as reclamações sobre as solicitações já dirigidas à Prefeitura, mas que não foram atendidas no prazo ou com a qualidade desejada registradas por meio da plataforma me-Ouv, sistema próprio da administração municipal. Através da plataforma, também é possível fazer elogios, sugestões, críticas e denúncias de casos de corrupção ou improbidade administrativa.

A Secretaria oferece atendimento presencial na Rua Siqueira Campos, 1300, de segunda a sexta-feira, das 9h às 11h30, e pelo telefone (51) 3289-1200, e das 13h às 15h30 por e-mail (ouvidoria@portoalegre.rs.gov.br) ou sistema me-Ouv. A seguir são apresentados os principais serviços da Secretaria Municipal de Transparência e Controladoria – SMTTC oferecidos para toda a população de Porto Alegre:

- Portal da Transparência (LAI e e-SIC)

<sup>7</sup> [Nossa História | Instituto Sociocultural Afro-Sul Odomode \(wordpress.com\)](https://www.institutoafrosulodmode.wordpress.com/nossa-historia/)

O Portal da Transparência e Acesso à Informação reúne dados sobre o uso dos recursos públicos e da gestão municipal. Associada ao portal, a Lei de Acesso à Informação (LAI) possibilita solicitar informações sobre a atividade do governo, através do Sistema de Informação ao Cidadão (e-SIC).

- Ouvidoria-Geral do Município (me-Ouv)

Destina-se a receber as reclamações sobre solicitações já dirigidas à Prefeitura, mas que não foram atendidas no prazo ou com a qualidade desejada. O registro é feito por meio do sistema me-Ouv. A plataforma também recebe elogios, sugestões, críticas e denúncias de casos de corrupção ou improbidade.

A plataforma me-Ouv está disponível on-line no seguinte endereço: <https://ouvidoria.procempa.com.br/ouvidoriaweb/#/> e possui interface acessível, conforme figura abaixo.



No site da Ouvidoria-Geral do Município (me-Ouv) estão descritas as principais etapas do procedimento:

- Receber e registrar a manifestação.
- Gerar número de protocolo.
- Análise da demanda.
- Solicitar complementação caso necessário.
- Encaminhar para o órgão/gestor responsável para conhecimento e prestação de esclarecimentos.
- Acompanhamento da tramitação do pedido.
- Resposta adequada ao cidadão.
- Elaborar e publicar relatório de suas atividades para avaliação da qualidade da prestação dos serviços públicos municipais.

O Prazo para resposta são de 30 (trinta) dias para responder ao demandante, podendo ser prorrogado de forma justificada, uma única vez, por igual período.

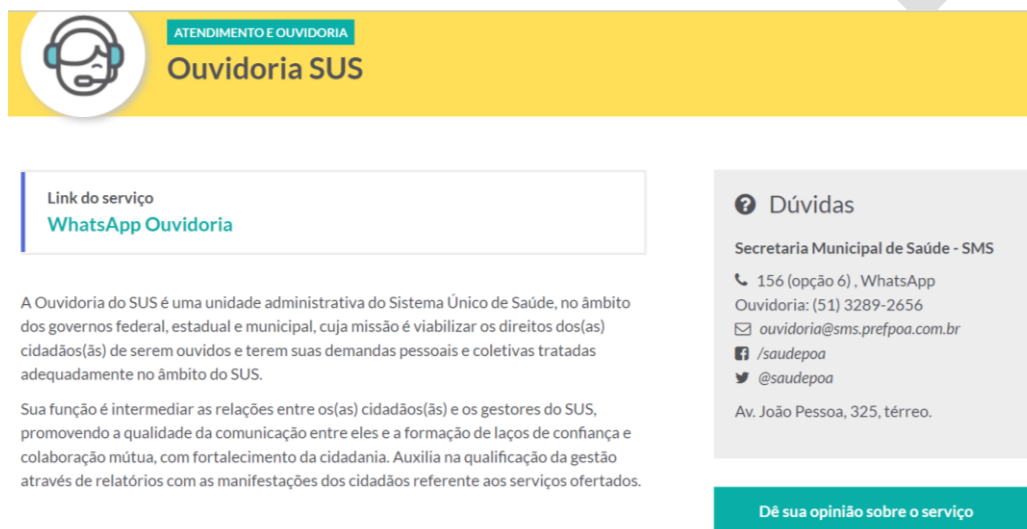
- Central de Atendimento ao Cidadão 156

A Central de Atendimento 156 e 156Web recebe e encaminha as solicitações da população referentes aos serviços públicos. Além do atendimento telefônico, há a opção de registrar a demanda por meio digital. Os serviços funcionam 24 horas e sete dias por semana. O 156 tem o custo de uma ligação local.

- Aplicativo 156+POA

Oferece um mapa de serviços públicos, com acesso facilitado a informações nas áreas de saúde, mobilidade, segurança, desenvolvimento social, entre outras. É também uma plataforma colaborativa, na qual os cidadãos podem interagir com projetos da Prefeitura por meio de seus dispositivos móveis.

Além desses foram identificados outros canais de ouvidoria como a Ouvidoria do SUS que visa viabilizar aos cidadãos o direito de serem ouvidos e terem suas demandas pessoais e coletivas tratadas adequadamente no âmbito do SUS. Sua função é intermediar as relações entre os cidadãos e os gestores do SUS. A ouvidoria do SUS tem canais como os telefones 156 ou 136; e-mail: [ouvidoria@sms.prefpoa.com.br](mailto:ouvidoria@sms.prefpoa.com.br); e WhatsApp: (51) 3289-2656. Além disso, oferece Atendimento presencial no endereço Av. João Pessoa, 325. A Ouvidoria do SUS está disponível on-line no seguinte endereço: <https://prefeitura.poa.br/carta-de-servicos/ouvidoria-sus> e possui interface acessível, conforme figura abaixo.



Assim, no âmbito da elaboração desta AAS foi possível verificar que existem mecanismos de queixas e reclamações existentes na Prefeitura Municipal de Porto Alegre e que estão a disposição e ao alcance da população. Esses mecanismos oferecem diversos canais e formatos para o registro de dúvidas, reclamações ou denúncias.

Estes mecanismos e canais, quando da execução do Plano de Engajamento das Partes Interessadas, devem ser avaliados quanto ao seu funcionamento visando identificar se os mesmos estão em pleno funcionamento e são adequados e acessíveis para todas as partes interessadas das construções e reformas (intervenções) previstas no Projeto BR-L 1597. Também deve ser verificado se as dúvidas, reclamações ou denúncias serão enviadas aos representantes das agências executoras (DEMHAB, SMS e SMDS).

- Conselhos e Mecanismos de Participação Comunitária Existentes

Em Porto Alegre, a Lei Orgânica Municipal - 1990 - em consonância com os preceitos constitucionais, institucionaliza os conselhos enquanto órgãos de participação da sociedade na gestão pública, tendo por finalidade "propor, fiscalizar e deliberar matérias referentes a cada setor da administração". Em 1992, a lei complementar 267 regulamenta, em Porto Alegre, a implantação dos Conselhos Municipais definindo as suas competências como órgãos de controle social. Os conselhos municipais, com maior ou menor intensidade, exercem importante papel como instrumentos de democratização e participação popular na formulação, execução e avaliação de políticas sociais.

A Prefeitura Municipal de Porto Alegre divulga no seu site um catálogo contendo todos os conselhos municipais existentes <https://prefeitura.poa.br/catalogo-conselhos>. Dentre eles, destacam-se os mais relevantes para esta AAS:



- Conselho Municipal de Assistência Social

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, órgão permanente entre Governo e Sociedade Civil, com poder normativo, deliberativo e controlador da política de assistência social do Município de Porto Alegre foi criado pela Lei Complementar nº 352/1995 e regulamentado pelo Decreto nº 11.469/1996, sendo vinculado administrativamente à Fundação de Assistência Social e Cidadania – FASC.

- Conselho Municipal de Saúde

O Conselho Municipal de Saúde - CMS, órgão Deliberativo do Sistema Único de Saúde - SUS, foi criado pela Lei Complementar nº 277/1992, sendo vinculado administrativamente à Secretaria Municipal de Saúde - SMS.

- Conselho Municipal de Acesso à Terra e Habitação

O Conselho Municipal de Acesso à Terra e Habitação - COMATHAB, órgão de participação direta da comunidade na gestão da política habitacional do Município, foi criado pela Lei Complementar nº 337/1995, sendo vinculado administrativamente à Departamento Municipal de Habitação - DEMHAB. O Município de Porto Alegre possui uma plataforma chamada Observatório da Cidade de Porto Alegre (ObservaPOA) que disponibiliza informações sobre o município de Porto Alegre contribuindo para a consolidação da participação cidadã na gestão da cidade. Além disso, a Prefeitura de Porto Alegre lançou uma pesquisa à população chamada Mais Comunidade Online. Por meio do aplicativo 156+POA ou pelo site 156Web a Prefeitura irá consultar a população sobre os maiores desafios dos bairros do município. Por meio da pesquisa será possível diagnosticar onde se deve agir e quais projetos e ações devem ser planejados e executados.

A Prefeitura Municipal de Porto Alegre também disponibiliza uma lista contendo uma Relação com mais de 120 Organizações Da Sociedade Civil atuantes em Porto Alegre ([http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/cs/usu\\_doc/relacao\\_prorrogacao\\_credenciamento\\_os\\_cs\\_08\\_nov\\_19\\_2.pdf](http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/cs/usu_doc/relacao_prorrogacao_credenciamento_os_cs_08_nov_19_2.pdf)), muitas delas são associações de bairros e comunitárias, incluindo associações existentes nos bairros de parte das construções e reformas (intervenções) previstas no Projeto BR-L 1597. Na plataforma ONGs Brasil (<http://www.ongsbrasil.com.br/default.asp>) consta lista com cerca de 300 organizações não governamentais das mais diversas áreas com atuação no município de Porto Alegre.

Considerando as atividades voltadas para a identificação e análise de partes interessadas, divulgação prévia de informações, consulta e implantação de mecanismo de queixas e reclamações verificou-se que a Prefeitura Municipal de Porto Alegre disponibiliza plataformas, mecanismos e informações que podem subsidiar estas ações. Esta gama de informações deverá ser avaliada e estudada em maiores detalhes no âmbito da execução do Plano de Engajamento das Identificação de Partes Interessadas.

## 5. IMPACTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS E MEDIDAS DE MITIGAÇÃO IDENTIFICADAS

Este documento apresenta a Análise Ambiental e Social – AAS – do Programa de Desenvolvimento Social e Sustentabilidade Fiscal para a Prefeitura de Porto Alegre, com o objetivo de apresentar os impactos e riscos ambientais e sociais decorrentes das obras e reformas consideradas neste documento, assim como as medidas previstas para redução e controle destes impactos.

Para cumprir com este objetivo, este documento está dividido em três grandes blocos principais:

- iv) descrição do programa e das ações previstas,
- v) descrição dos aspectos ambientais e sociais existentes e
- vi) identificação dos impactos ambientais e sociais e das medidas de mitigação e controle.

São apresentados ainda, o marco legal e regulatório aplicável aos projetos considerados neste documento

Ao final, um item de considerações finais apresenta um resumo dos resultados da avaliação realizada.

Os resultados dessa AAS são baseados nas informações coletadas nas visitas técnicas realizadas em xxx, nas reuniões online realizadas com as equipes do Demhab, SMS e SMDs, revisão de informações públicas de fontes oficiais e meios de comunicação locais, e na revisão limitada de documentos disponibilizados no virtual data room até a data de entrega deste relatório. .

Até a emissão deste documento:

- as visitas técnicas realizadas pela ERM foram limitadas aos 3 (três) locais onde serão instalados os projetos do Demhab e, portanto, visitas adicionais podem revelar aspectos não identificados antes e assim impactar os resultados da AAS.
- A ERM teve acesso limitado às informações dos projetos, incluindo em alguns casos, a descrição detalhada do projeto e sua localização. À medida que essas informações forem sendo disponibilizadas e avaliadas, o resultado da AAS poderá ser alterado.

A versão final do AAS será emitida depois que a ERM avaliar de forma abrangente todas as informações solicitadas e disponibilizadas em relação aos projetos em questão e visitar, no mínimo, todos os locais onde novas construções estão previstas. Situação esta que depende da viabilização das informações, visitas e disponibilidade para novas entrevistas por meio das partes interessadas.

As tabelas a seguir apresentam essa AAS preliminar incluindo as medidas previstas com base nas informações disponíveis até o momento. Da mesma forma, são apresentados, no início de cada item, os aspectos para os quais não foram identificados impactos. Para os demais, é apresentada, em escala de cores, a avaliação preliminar da significância do impacto, conforme legenda abaixo. Vale destacar que **não foram identificados impactos negativos regionais**. Todos os impactos negativos são localizados e inerentes à fase de construção.

Os impactos da etapa de operação tendem a ser positivos, especialmente os relacionados aos impactos sociais, devido à melhoria nos equipamentos de saúde e nas instalações dos conselhos tu

### Avaliação da Significância do Impacto

Insignificante
Baixo
Moderado
Alto
Positivo

## 5.1 Impactos no Meio Físico

Não foram identificados impactos negativos ou positivos relacionados à geologia, geomorfologia, topografia, meteorologia e clima local, às condições estéticas e da paisagem e a potencial geração de passivos ambientais.

Os impactos negativos no meio físico identificados até o momento são típicos de projetos de construção e reforma: impactos na qualidade do ar, emissão de ruído e impactos nos solos dos locais dos novos projetos.

Aspecto	Impacto Construção	Impacto Operação	Medidas
Qualidade do Ar	<p>Emissão e acumulação de poeira durante a construção e movimentação de veículos e equipamentos pesados, principalmente na época de secas.</p> <p>Aumento da emissão de poluentes devido ao aumento do tráfego de veículos.</p>	<p>Não são esperados impactos ambientais ou sociais.</p>	<p>Definição de diretrizes e orientações para contratação das empresas de construção.</p> <p>Manutenção dos equipamentos.</p> <p>Elaboração de mecanismo de recebimento e atendimento de reclamações.</p> <p>Elaborar e implementar um Plano de Gestão de Emissões e Ruído.</p>
Ruído	<p>Durante a fase de construção dos projetos haverá um aumento localizado no nível de ruído devido aos equipamentos pesados de construção.</p>	<p>Não é esperado o aumento do ruído ambiental durante a operação de nenhum dos projetos.</p> <p>Os painéis solares não emitem ruído durante seu funcionamento.</p>	<p>Definição de diretrizes e orientações para contratação das empresas de construção;</p> <p>Manutenção dos equipamentos,</p> <p>Programação das atividades de construção dentro dos horários diurnos, evitando, sempre que possível atividades noturnas.</p> <p>Proibição de realização de atividades de construção após as 22hs,</p> <p>Incluir no Plano de Comunicação e de Engajamento os esclarecimentos à população de entorno, sobre os horários e atividades a serem</p>



Aspecto	Impacto Construção	Impacto Operação	Medidas
			realizadas durante todo o período de construção,  Elaboração de mecanismo de recebimento e atendimento de reclamações;  Elaborar e implementar um Plano de Gestão de Emissões e Ruído
Solos	Potencial de impactos localizados no local das novas construções relacionados à erosão e carreamento de sedimentos devido a ações de construção inadequadas.	Não são esperados impactos negativos durante a fase de operação.	Definição de diretrizes e orientações para contratação das empresas de construção.  Manter os solos e materiais armazenados em área coberta evitando carreamento de sedimentos.  Elaborar Plano de Construção.
Recursos hídricos	Todos os projetos estão localizados na mesma região hidrográfica e não são esperados impactos nos recursos hídricos regionais.  À nível local, a gestão da construção das novas obras deve ser realizada para evitar carreamento de sedimentos e impactos em cursos de água próximos, como o Arroio do Dilúvio.	Não são esperados impactos negativos durante a fase de operação.	Definição de diretrizes e orientações para contratação das empresas de construção.  Manter os solos e materiais armazenados em área coberta evitando carreamento de sedimentos e contaminação dos corpos hídricos.  Elaborar Plano de Construção.  Elaborar um Plano de Gestão dos Recursos Hídricos, em especial considerando a redução do consumo durante as obras
Geração de resíduos	Os projetos de construção e reforma irão gerar resíduos sanitários pelos trabalhadores e resíduos de construção.	Não são esperados impactos negativos durante a etapa de operação.	Definição de diretrizes e orientações para contratação das empresas de construção.  Elaborar Plano de Gestão de Resíduos,

Aspecto	Impacto Construção	Impacto Operação	Medidas
			<p>consirando os princípios de redução e reciclagem para a etapa de construção</p> <p>Elaborar um Plano de Gestão de Resíduos para a etapa de Operação</p> <p>Garantir a destinação adequada dos resíduos da obra</p>

## 5.2 Impactos no Meio Biótico

Não foram identificados em Áreas Protegidas. Os impactos no meio biótico se referem a remoção localizada de cobertura vegetal.

Aspecto	Impacto Construção	Impacto Operação	Medidas
<b>Cobertura vegetal</b>	Os impactos na cobertura vegetal das áreas onde serão localizados os projetos serão apresentados na versão final após a realização do detalhamento dos projetos	Não são esperados impactos negativos na cobertura vegetal durante a operação dos projetos.	<p>Definição de diretrizes e orientações para contratação das empresas de construção;</p> <p>Avaliação de alternativas que evitem ou reduzam a necessidade de remoção de vegetação.</p> <p>Caso necessário, definir um Plano de Revegetação nos locais onde a vegetação for removida.</p>

## 5.3 Impactos Sociais

Não são esperadas alterações no uso e ocupação do solo devido às ações de reforma e melhoria dos equipamentos ou relacionados à instalação de painéis solares.

Os novos projetos estão localizados em áreas com uso do solo para atividades residenciais e comerciais de acordo com o zoneamento urbano.

Até o momento, não foram identificados impactos em povos indígenas.

Os projetos estão localizados nos bairros de JU, VOU COLOCAR A LISTA DE BAIRROS AQUI AMANHÃ CEDO.

Dado o porte dos projetos avaliados, estima-se que não haverá migração de trabalhadores de outras regiões do país, ou mesmo de estados vizinhos, para a realização das reformas e construção das novas instalações. Este impacto será reavaliado após o detalhamento dos projetos. Dada a

necessidade de capacitação específica de mão-de-obra, para a instalação dos painéis solares, o aspecto relacionado a atração de mão-de-obra, mesmo que em pequena escala deverá ser avaliado em etapa subsequente com maior detalhe de informação sobre este projeto específico.

Considerando que os projetos estão localizados em diferentes áreas da cidade de Porto Alegre e que, cada projeto específico demanda um reduzido número de trabalhadores, não são esperados impactos na infraestrutura local.

Aspecto	Impacto Construção	Impacto Operação	Medidas
Deslocamento físico	Foi identificada uma casa em um dos terrenos, de ocupação ainda desconhecida	Não Aplicável	Identificar a construção  Caso seja necessária a relocação, esta deve ser realizada em área próxima e com negociação prévia com os possíveis moradores
Patrimônio Cultural	A Sede do Afro-Sul Odomode deverá ser relocada para área próxima ao local atual.	Não Aplicável	A relocação da Sede deve ser realizada em área próxima ao local atual e com base em negociação prévia com o grupo Afro Sul Odomobe
Equipamentos de saúde		Os projetos tem por objetivo a geração de impactos positivos para pessoas e comunidades vulneráveis.	
Pessoas e comunidades vulneráveis ou marginalizadas		Os projetos tem por objetivo a geração de impactos positivos para pessoas e comunidades vulneráveis.  O projeto de instalação de energia solar fotovoltaica tem como meta a redução do valor das contas de luz das famílias localizadas nos condomínios Senhor do Bom Fim e Irmãos Marista.	
Disponibilidade, acesso e qualidade de outros serviços públicos básicos	Não Aplicável	Os projetos tem por objetivo a ampliação da disponibilidade e qualidade dos serviços	



Aspecto	Impacto Construção	Impacto Operação	Medidas
		de saúde e de apoio dos conselhos tutelares.  O impacto é portanto positivo devido a criação pelos projeto de infraestrutura de saúde e suporte social.	
Vias e meios de transporte	Existe um potencial de impactos negativos no tráfego das vias próximas aos locais dos projetos devido ao aumento do fluxo de caminhões e equipamentos de construção.	Não relevante	Sinalização e controle de tráfego e passagens de pedestres  Avaliação de alternativas de utilização de horários de menor fluxo de veículos para transporte e descarga de materiais
Saúde e segurança da comunidade	O aumento do tráfego, emissão de poeira e ruídos podem causar impactos à segurança e à saúde da população do entorno dos projetos, em especial das novas construções	Os projetos tem por objetivo a ampliação da disponibilidade e qualidade dos serviços de saúde e de apoio dos conselhos tutelares  O impacto é portanto positivo devido a criação pelos projeto de infraestrutura de saúde e suporte social.	Sinalização e controle de tráfego e passagens de pedestres  Programa de controle de emissão e ruído  Comunicação com a população do entorno
Saúde e segurança dos trabalhadores	As reformas e obras de implantação apresentam riscos à saúde e segurança dos trabalhadores. Detalhes adicionais a serem apresentados quando do detalhamento dos projetos	Não são esperados impactos durante a operação dos projetos	Elaboração de PGR para todos os projetos e reformas.  Treinamento dos trabalhadores  Utilização de equipamentos de proteção individual

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Seção 5 acima apresenta os principais impactos dos projetos analisados nesta Avaliação Ambiental e Social (AAS).

De acordo com a política operacional (OP-703) do IDB, com relação à classificação, os projetos analisados acarretaram impactos ao meio ambiente e à comunidade e, desta forma, se classificam como **Categoria B**. Os projetos de Categoria B são projetos que acarretam “impactos negativos na sua maior parte locais e de curto prazo”, para os quais existem “medidas de mitigação usuais e eficazes”.

Os impactos negativos identificados são àqueles relacionados às atividades de construção e reforma de projeto de pequena escala. Todos os impactos foram considerados de Moderado a Baixo. Dois impactos localizados, a relocação de uma potencial moradia e da Sede do Grupo Afro-Sul Odomode podem ser considerados Altos em escala individual. Estes casos devem ser tratados de forma negociada e de forma a proporcionar benefícios que compensem ou suplantem os impactos negativos.

## 7. LIMITAÇÕES

Na medida em que a Análise Ambiental e Social – AAS conduzida pela ERM exige julgamento, não há garantia de que os resultados obtidos sejam definitivos ou os desejados. Os serviços contratados incluem a aplicação de julgamento profissional com base em princípios científicos; nessa medida, alguns resultados deste trabalho podem ser baseados em interpretações subjetivas. Não oferecemos garantias, expressas ou implícitas, incluindo, sem limitação, garantias quanto à adequação a uma finalidade específica de nenhum elemento deste relatório.

Todas as premissas apresentadas pela ERM ao BID no memorando datado de 15 de abril de 2022 permanecem válidas e devem ser levadas em conta na leitura desse documento e interpretação dos resultados apresentados.

Os resultados dessa AAS são baseados nas informações coletadas nas visitas técnicas, nas reuniões online realizadas com as equipes do Demhab, SMS e SMDS, revisão de informações públicas de fontes oficiais e meios de comunicação locais, e alguns poucos documentos fornecidos.

Até a emissão deste documento, as visitas técnicas realizadas pela ERM foram limitadas a 3 (três) locais apenas e, portanto, visitas adicionais podem revelar aspectos não identificados antes e assim impactar os resultados da AAS. A ERM teve até o momento, acesso limitado às informações dos projetos, incluindo em alguns casos, a descrição detalhada do projeto e sua localização. À medida que essas informações forem sendo disponibilizadas, elas também podem impactar o resultado da AAS. Espera-se que a versão final do AAS seja emitida depois que a ERM for capaz de revisar de forma abrangente todas as informações relacionadas aos projetos e visitar, no mínimo, todos os locais onde novas construções estão previstas.

Todas as conclusões e recomendações relativas ao objeto desta AAS representam a opinião profissional da equipe de consultoria da ERM envolvida no projeto e os resultados deste relatório não devem ser considerados uma interpretação legal. A ERM não assume responsabilidade por erros nos dados públicos utilizados ou nas informações e documentos de fontes externas à ERM, informações verbais fornecidas pelo pessoal da Demhab, SMS e SMDS.

## 8. BIBLIOGRAFIA

HASENACK, Heinrich et al (Coord.). Diagnóstico Ambiental de Porto Alegre: Geologia, Solos, Drenagem, Vegetação/Ocupação e Paisagem. Porto Alegre: Secretaria Municipal do Meio Ambiente, 2008. 84p.

<https://prefeitura.poa.br/> (consulta realizada em junho de 2022)

<http://www.observapoa.com.br/> (consulta realizada em junho de 2022)

RIBEIRO, Luiz Cesar Queiroz e RIBEIRO, Marcelo Gomes. Metrôpoles Brasileiras: síntese da transformação na ordem urbana 1980 a 2010. 1ª ed. – Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2018. 428p.



---

**ERM has over 160 offices across the following countries and territories worldwide**

Argentina	New Zealand
Australia	Panama
Belgium	Peru
Brazil	Poland
Canada	Portugal
China	Puerto Rico
Colombia	Romania
France	Russia
Germany	Singapore
Hong Kong	South Africa
Hungary	South Korea
India	Spain
Indonesia	Sweden
Ireland	Taiwan
Italy	Thailand
Japan	UAE
Kazakhstan	UK
Kenya	US
Malaysia	Vietnam
Mexico	
The Netherlands	

**ERM Brasil**

Av. Engenheiro Luis Carlos Berrini, 105-  
Thera Corporate, Sala 171  
Cidade Monções – 04571-010  
São Paulo – SP

T: +55 11 5095 7900

[www.erm.com](http://www.erm.com)